



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

**SR/DPF/ES
VILA VELHA/ES - MARÇO DE 2014**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

**SR/DPF/ES
VILA VELHA/ES - MARÇO DE 2014**

SUMÁRIO

SEÇÃO I	8
INTRODUÇÃO	8
SEÇÃO II	10
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	10
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO 10	
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada	10
1.1.1 Relatório de Gestão Individual	10
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	11
1.3 Organograma Funcional	12
1.4 Macroprocessos finalístico	15
1.5 Macroprocessos de Apoio.....	21
1.6 Principais Parceiros	24
SEÇÃO III	25
DESENVOLVIMENTO	25
2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	25
2.1 Planejamento da unidade	25
2.2 Informações sobre outros resultados da gestão.....	29
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	34
3.1 Estrutura de Governança.....	35
3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	36
3.3 Sistema de Correição	38
3.4 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU.....	39
3.5 Indicadores para monitoramento avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos	40
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	40
4.1 Execução das despesas.....	41
4.1.1 Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	41
4.1.2 Realização da Despesa	42
4.1.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	42
4.1.2.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	43
4.1.2.3 Análise crítica da realização da despesa	44
4.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	44
4.2.1 Análise Crítica.....	45
4.3 Suprimento de Fundos	45
4.3.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo.....	45
4.3.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	45
4.3.3 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	46
4.3.4 Análise Crítica.....	46
5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	46

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

5.1	Estrutura de pessoal da unidade.....	47
5.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	47
5.1.1.1	Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada	47
5.1.2	Qualificação da Força de Trabalho	48
5.1.2.1	Estrutura de Cargos e de Funções.....	48
5.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade.....	48
5.1.3	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	49
5.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	51
5.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.....	51
5.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.....	51
5.1.6	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	52
5.1.7	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	52
5.2	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	52
5.2.1	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	52
5.2.2	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	53
5.2.3	Análise Crítica dos itens 5.2.1 e 5.2.2.....	55
5.2.4	Composição do Quadro de Estagiários	55
6.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	55
6.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	55
6.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	59
6.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	59
6.2.2	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional	60
7.	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	61
7.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	61
7.2	Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	62
8.	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	63
8.1	Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU.....	63
8.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	63
8.2	Tratamento de Recomendações do OCI	65
8.2.1	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício	65
8.3	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	66
8.3.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	66
8.3.2	Situação do Cumprimento das Obrigações	67
8.4	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário.....	67
8.5	Alimentação SIASG E SICONV	68
9.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	69
9.1	Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão	69
9.2	Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários	69
9.3	Demonstração dos resultados	69
10.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	69

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

10.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	70
10.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....	72
10.2.1 Declaração com Ressalva.....	72
SEÇÃO IV	73
RESULTADOS ALCANÇADOS	73
11. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	73
11.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ.....	73
11.1.1 - Ações de capacitação dos servidores da SR/DPF/ES.....	74
11.1.2 – Ações de Polícia Técnico-Científica	74
11.1.3 – Ações de Polícia Judiciária e Administrativa	76
11.1.3.1 – Ações da Delegacia Regional Executiva.....	76
11.1.3.2 – Ações da Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado	78
11.2 - Conclusão.....	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CGTI – Coordenação Geral de Tecnologia da Informação
CPD - Comissão Permanente de Disciplina
CPLAM - Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização
COF - Coordenação de Orçamentos e Finanças
COR/SR/DPF/ES – Corregedoria Regional de Polícia Federal no Espírito Santo
COGER – Corregedoria Geral
CPL – Comissão Permanente de Licitação
CRH – Coordenação de Recursos Humanos
DIREX – Diretoria Executiva
DG – Direção Geral
DGP – Diretoria de Gestão de Pessoal
DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial
DN – Decisão Normativa
DPF – Departamento de Polícia Federal
DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado
DREX – Delegacia Regional Executiva
IN – Instrução Normativa
IPL – Inquérito Policial
GAB/SR – Gabinete da Superintendência
GTED – Grupo Técnico de Edificações
LOA – Lei Orçamentária Anual
OCI – Órgão de Controle Interno
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PIB – Produto Interno Bruto
PPA – Plano Plurianual
PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
SR/DPF/ES - Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Espírito Santo
SELOG – Setor de Administração e Logística Policial
SETEC - Setor Técnico-Científico
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SINPRO - Sistema Nacional de Procedimentos
SISCART – Sistema de Controle de Atividades Cartorárias
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
TCU – Tribunal de Contas da União
UCI – Unidade de Controle Interno
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE QUADROS, FIGURAS E TABELAS

Quadro 1 (A.1.1.1) - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	10
Figura 1 – Organograma Funcional da SR/DPF/ES	12
Tabela 1 - Índice de Produtividade Operacional	29
Tabela 2 - Atividades Operacionais	29
Tabela 3 - Fatores Geográficos	29
Tabela 4 - Atividades Administrativas	30
Tabela 5 - Variáveis utilizadas na construção do IPO agrupadas em Grupos Temáticos	30
Tabela 6 - Dados Operacionais da UJ	31
Tabela 7 - Dados Geográficos e Efetivos policiais e administrativos	31
Tabela 8 - Dados das Atividades Administrativas e Efetivos policiais e administrativos.....	32
Tabela 9 - Pesos atribuídos às variáveis no cálculo do IPO	33
Quadro 2 (A.3.2) – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	37
Quadro 3 (A.4.1.2.1) – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa	41
Quadro 4 (A.4.1.3.5) – Despesas por Modalidade de Contratação– Créditos de Movimentação	42
Quadro 5 (A.4.1.3.6) – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	43
Quadro 6 (A.4.3) – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores	44
Quadro 7 (A.4.5.1) – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	45
Quadro 8 (A.4.5.3) - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	45
Quadro 9 (A.4.5.4) - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)	46
Quadro 10 (A.5.1.1.2) – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ	47
Quadro 11 (A.5.1.2.1) – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....	48
Quadro 12 (A.5.1.2.3) – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade Situação apurada em 31/12	49
Quadro 13 (A.5.1.3) - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....	50
Quadro 14 (A.5.1.4.1) - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro	51
Quadro 15 (A.5.1.4.2) - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....	51
Quadro 16 (A.5.2.3) - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	53
Quadro 17 (A.5.2.4) - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	54
Quadro 18 (A.5.2.6) - Composição do Quadro de Estagiários	55
Quadro 19 (A.6.2.1) – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	59
Quadro 20 (A.6.2.2) – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional.....	60
Quadro 21 (A.8.1) - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	61
Quadro 22 (A.8.2) – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	62
Quadro 23 (A.9.1.1) - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	63
Quadro 24 (A.9.1.1) - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	64
Quadro 25 (A.9.2.1) - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	65
Quadro 26 (A.9.4.1) – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR....	66
Quadro 27 (A.9.5) – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013	67
Quadro 28 (A.9.6) – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	68
Quadro 29 (A.11.2.1) - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada	72

SEÇÃO I

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão do exercício 2013 tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária, financeira, contábil, operacional e patrimonial da Superintendência Regional da Polícia Federal no Espírito Santo (SR/DPF/ES), de acordo com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 127/2013 e 132/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013 e as orientações do órgão de controle interno.

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial, segundo os itens a relacionados na parte A (conteúdo geral, com doze itens passíveis de prestação de informações) do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013.

O item 7 da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013 que trata da Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento e o quadro A.7.1 que diz respeito às Políticas de Governança institucionais e ao Planejamento Estratégico de TI são questões inerentemente ligadas à gestão central do Departamento. Tais diretrizes são dependentes de estruturas de gestão como o Comitê de Governança em Telemática e resultam na formulação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e das Comunicações. Essas mesmas estruturas, quando tratadas no âmbito das unidades descentralizadas, assumem caráter tático ou operacional, exatamente pelo fato de constituírem o desmembramento da estratégia corporativa em adequação à realidade e às atribuições específicas de unidades componentes da organização, assim as respostas a este item será de competência da CGTI, na condição de órgão central da área de TI, responsável pela condução das políticas corporativas para a área.

As principais realizações da gestão, no exercício de 2013, consistiram no combate à criminalidade na sua circunscrição, sendo realizadas diversas operações policiais de combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas e armas, à lavagem de dinheiro, ao contrabando e descaminho, entre outros. Muitas foram ações de prevenção e repressão desenvolvidas no sentido de preservar os bens, serviços e interesses da União.

Foram priorizadas na SR/DPF/ES, em 2013, ações de combate ao crime organizado relacionado ao tráfico de entorpecentes e ao contrabando. As principais dificuldades para realização dos objetivos dessa Unidade Jurisdicionada recaíram, em geral, nas limitações orçamentárias, restringindo e estabelecendo procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2013, cujos impactos repercutiram, sobretudo, nas áreas de atuação institucional.

Para fins de análise dos dados apresentados neste Relatório, ressalta-se que a população do Estado do Espírito Santo em 2013 foi estimada em 3.839.366 (três milhões, oitocentos e trinta e nove mil,

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

trezentos e sessenta e seis) pessoas e a área territorial do Estado é de 46.095,583km², distribuídos entre 78 (setenta e oito municípios); e contou com um PIB per capita em 2013 acima da média brasileira (R\$ 35.354,52), ocupando a 4ª posição entre as outras unidades da Federação, segundo dados colhidos junto ao IBGE.

O Espírito Santo encontra-se em uma posição geográfica estratégica, o que facilita seu desenvolvimento. No litoral do Sudeste brasileiro, próximo aos grandes centros de produção e consumo do país, fazendo divisas com os estados da Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e com o oceano Atlântico. Possui um dos maiores complexos portuários da América Latina e também é servido por uma ampla malha rododiferroviária, que favorece o recebimento de matérias-primas e insumos e facilita o escoamento dos produtos acabados.

A rodovia BR-262 que parte de Vitória, alcançando Mato Grosso do Sul, constituindo-se na principal via rodoviária de escoamento do Corredor de Transporte Centro Leste de Exportação e Importação formado pela integração de portos capixabas com rodovias e ferrovias, principalmente com a estrada de ferro Vitória-Minas, com o objetivo de exportar parte da produção agrícola e industrial dos estados consorciados do corredor, a maioria sem litoral (MG, GO, DF, TO, MS e MT).

A circunscrição da SR/DPF/ES conta com (vinte e cinco) municípios; a Delegacia de São Mateus – DPF/SMT/ES conta com 23 (vinte e três) municípios e a Delegacia de Cachoeiro de Itapemirim-DPF/CIT/ES conta com 30 (trinta) municípios, conforme Portaria nº 2099/2011-DG/DPF, de 15 de fevereiro de 2011, publicada no Boletim de Serviço nº 033, de 16/02/2011.

Cumprindo o que foi planejado, foi instituída a Unidade de Controle Interno da Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo – UCI/SR/DPF/ES, por meio da Portaria N° 3866/2013-DG/DPF, de 12 de setembro de 2013. A criação da Unidade de Controle Interno demonstra o compromisso da Administração da UJ com o fortalecimento dos sistemas e ambiente de controles internos. Mais informações acerca da UCI estão apresentadas no item 3.2 deste Relatório.

Os planos e projetos para o exercício de 2014 perpassam por medidas de otimização dos controles internos, visando racionalizar os recursos disponíveis, evitando-se o cometimento de impropriedades gerenciais, bem como pela melhor estruturação das Delegacias, núcleos, setores e demais unidades desta Regional, assegurando mais equipamentos e pessoal, buscando prover condições de trabalho mais adequadas, visando o fiel cumprimento das suas missões, bem como a preparação para a segurança de grandes eventos, cujo planejamento e execução também contará com o apoio da Polícia Federal.

SEÇÃO II

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

(PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.)

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

QUADRO 01 (A.1.1.1) - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Código SIORG: 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Espírito Santo			
Denominação Abreviada: Polícia Federal no Espírito Santo			
Código SIORG: 1151		Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 200352
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00394494.0025-03	
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(027) 3041-8001	(027) 3041-8002	(027) 3041-8030
Endereço Eletrônico: gab.sres@dpf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dpf.gov.br/sres			
Endereço Postal: Rua Vale do Rio Doce, nº 01, CEP: 29.114-105 Vila Velha/ES			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.			
SR/DPF/ES: Criada como Sub-Delegacia Regional pela Port. 193, de 29/04/65, BS. 082, 05/05/65. Transformada em Divisão pelo Dec. 70.665, de 02/06/72, DOU. 104, de 05/06/72. Elevada para Superintendência Regional pela Portaria 039/75, BS. 052/75.			
Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal – FUNAPOL:			
- Lei Complementar nº 89, de 18/02/1997.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Decreto nº 6.061, de 15/03/2007.			
- Portaria nº 2.877/MJ, de 30/12/2011, que aprova o Regimento Interno do DPF.			
- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15/06/2005, define as competências específicas das unidades centrais e descentralizadas do Departamento de Polícia Federal e as atribuições de seus dirigentes - alterada pela IN Nº 17/08-DG/DPF; - alterada pela IN Nº 39/2010-DG/DPF.			
- PORTARIA No. 318/2005 – DG/DPF, de 09 de agosto de 2005, que ativa a Delegacia de Polícia Federal no município de São Mateus, Estado do Espírito Santo.			
- PORTARIA No. 683/00-DG/DPF, de 30 de julho de 2000, que dispõe sobre a instalação da Delegacia de Polícia Federal no município de Cachoeiro do Itapemirim/ Estado do Espírito Santo.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
- Publicação da Carta de Serviços ao Servidor, disponível em meio eletrônico (intranet.dpf.gov.br), a partir do dia 16 de novembro de 2011, aniversário da Polícia Federal. O referido instrumento foi publicado a fim de promover a divulgação dos serviços mais relevantes prestados ao público interno pela área de recursos humanos da PF, bem como proporcionar conhecimento dos demais serviços e processos disponíveis dentro do órgão que são de interesse do servidor. A iniciativa facilitará o acesso do usuário e aumentará a transparência na prestação dos serviços. A Carta de Serviços ao Servidor é uma ferramenta de gestão fornecida no âmbito do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GesPública.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
200352	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Espírito Santo (Tesouro)
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
1	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
200352	1

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O Departamento de Polícia Federal - DPF, órgão permanente, específico, singular, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Justiça, tem por finalidade exercer, em todo o território nacional, as atribuições previstas no § 1º do art. 144 da Constituição Federal e no § 7º do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Dessa forma, a finalidade da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Espírito Santo, como parte integrante órgão, está em contribuir, no âmbito da circunscrição que lhe foi definida pela Portaria 2099/2011-DG/DPF, de 15 de fevereiro de 2011, para o cumprimento da missão do DPF.

As competências institucionais da Polícia Federal estão definidas no § 1º do art. 144 da Constituição Federal, no § 7º do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e no Regimento Interno do DPF, aprovado pela Portaria MJ nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011. Como um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional deve atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

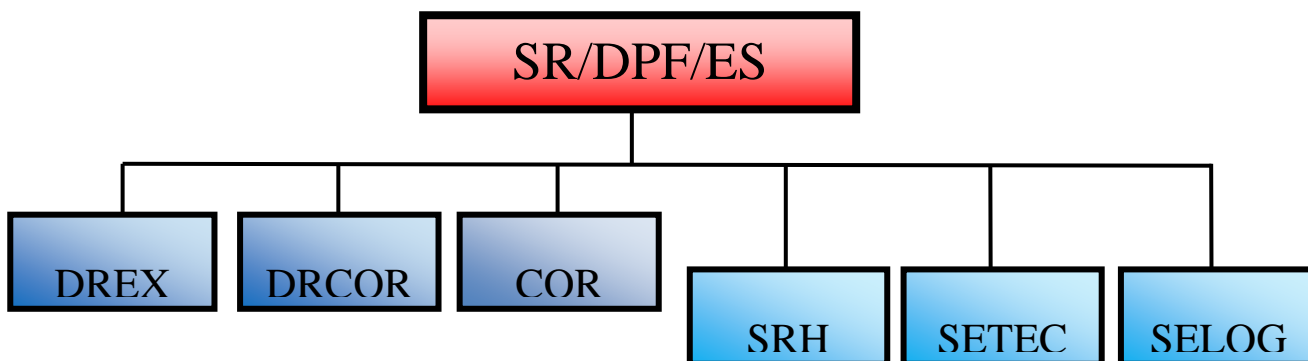
- que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência Regional no Estado do Espírito Santo exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição.

1.3 Organograma Funcional

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo (SR/DPF/ES) está estruturada em três (03) Unidades Operacionais, composta pela sua sede, na cidade de Vila Velha, constituída por Delegacias Especializadas, Setores e Núcleos, bem como pelas Delegacias Descentralizadas no interior do Estado: Cachoeiro do Itapemirim e São Mateus. Segue adiante o organograma funcional da sede da SR/DPF/ES.

FIGURA 1 – ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA SR/DPF/ES



Conforme o organograma simplificado da SR/DPF/ES anteriormente apresentado, ao Superintendente Regional compete promover o desenvolvimento das atividades, ações e operações referentes às atribuições da Polícia Federal, no âmbito de sua área de competência, conforme o disposto no artigo 35 do Regimento Interno do DPF, aprovado pela portaria MJ nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

À DREX e DRCOR compete planejar, coordenar, controlar, fiscalizar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação, conforme o disposto no artigo 36 do Regimento Interno do DPF, aprovado pela portaria MJ nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011.

À COR compete dirigir, planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades correicional e disciplinar no âmbito da Polícia Federal, conforme o definido no artigo 14 do Regimento Interno do DPF, aprovado pela portaria MJ nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011.

Ao SELOG, SRH e SETEC compete planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação, conforme o definido no artigo 24 do Regimento Interno do DPF, aprovado pela portaria MJ nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011.

O Anexo IX do Regimento Interno do DPF (Portaria nº 2.877, do Ministério da Justiça, de 30 de dezembro de 2011) detalha a estrutura da Superintendência Regional, que apresenta a seguinte composição:

I - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESPÍRITO SANTO - SR/DPF/ES:

- a) Núcleo de Inteligência Policial - NIP;
- b) Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI;
- c) Setor de Recursos Humanos - SRH;
- d) Setor Técnico-Científico - SETEC;
- e) Setor de Administração e Logística Policial - SELOG:
 - 1. Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira - NEOF; e
 - 2. Núcleo Administrativo - NAD;
- f) Delegacia Regional Executiva - DREX:
 - 1. Núcleo de Operações - NO;
 - 2. Núcleo de Polícia Marítima - NEPOM;
 - 3. Delegacia de Polícia de Imigração - DELEMIG;
 - 4. Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos - DELEAQ; e
 - 5. Delegacia de Controle de Segurança Privada - DELESP;
- g) Delegacia Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DRCOR:
 - 1. Núcleo de Cartório - NUCART;
 - 2. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio e ao Tráfico de Armas - DELEPAT;
 - 3. Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários - DELEPREV;
 - 4. Delegacia de Repressão a Drogas - DRE;
 - 5. Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ;
 - 6. Delegacia de Defesa Institucional - DELINST; e
 - 7. Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico -

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

DELEMAPH;

h) Corregedoria Regional de Polícia Federal - COR:

1. Núcleo de Disciplina - NUDIS; e

2. Núcleo de Correições - NUCOR;

II - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM; e

III - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM SÃO MATEUS.

De acordo com o artigo 20 do Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal, compete às Superintendências Regionais do DPF, na sua área de atuação, entre outras atribuições:

I - planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas a atuação da Polícia Federal;

II - administrar as Unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das Unidades Centrais;

III - propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Departamento, a fim de subsidiar o planejamento operacional das Unidades Centrais;

IV - executar operações policiais integradas com as Unidades Centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento;

V - apoiar as Unidades Centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias;

VI - promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das Unidades Centrais; e

VII - adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamentos e outros materiais sob guarda da Superintendência.

O artigo 41 do Anexo I da Portaria mencionada estabelece que as Superintendências Regionais são subordinadas administrativamente ao Diretor-Geral e vinculadas técnica e normativamente às Unidades Centrais. As atribuições do Superintendente Regional encontram-se previstas no art. 35.

Conforme o art. 37 do Regimento Interno do DPF, aos chefes de Delegacias incumbe, entre outras atribuições: planejar, coordenar, controlar, fiscalizar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação; cumprir e fiscalizar o cumprimento das normas e diretrizes específicas emanadas das unidades centrais, orientadoras das ações policiais e administrativas, na sua área de atuação; propor, implementar e fiscalizar a execução de planos e projetos de trabalho específicos; submeter à decisão do Superintendente Regional os recursos interpostos contra indeferimento de abertura de inquérito policial, arquivamento de denúncias ou representações para instauração de procedimentos administrativos disciplinares; bem como promover e manter atualizado o controle estatístico referente às incidências

criminais, à eficiência e eficácia de suas ações, para subsidiar decisões das Superintendências Regionais e unidades centrais.

1.4 Macroprocessos finalístico

O DPF, como órgão singular, segue as diretrizes emanadas pela Direção-Geral, que traça as bases para a consecução dos objetivos macros da entidade, considerando, para isso, cada uma das unidades descentralizadas em suas idiossincrasias (características geográficas, estrutura, tipos de ilícitos enfrentados, logística necessária, dentre outras).

Dessa forma, cada unidade descentralizada busca nos macroprocessos traçados no âmbito da Direção-Geral o direcionamento das ações que realiza, de forma que o somatório dos processos desencadeados se alinham, no contexto geral, com o pretendido pelo órgão.

Os macroprocessos finalísticos da Polícia Federal, aos quais esta Superintendência Regional se alinha, foram aprovados pelo Diretor-Geral do Órgão por meio do Despacho Nº 351/2013-GAB/DPF, de 15/04/2013 e consistem nos seguintes:

Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo - SR/DPF/ES

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas a atuação da Polícia Federal (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS ¹	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Comunicação Institucional	Gestão dos meios de comunicação institucionais destinados a oferecer subsídios e informações que contribuam para construir e manter uma imagem uniforme e positiva da organização, além de fomentar a comunicação entre os diversos segmentos internos, para garantir a disseminação das informações e do conhecimento, mantendo a coesão do corpo funcional em torno dos objetivos institucionais.
	A comunicação Institucional manteve-se ativa e atuante. Por intermédio da intranet e sistemas internos como SIGEPOL e mensageiro, são disseminadas as informações para o público interno. A Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Superintendente Regional também atua fortemente para manter uma imagem positiva da Organização.

¹ Fonte: Arquitetura de Processos da Polícia Federal

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

<p>Cooperação Internacional</p>	<p>Visa à cooperação, ao intercâmbio de informações e à gestão do relacionamento da Polícia Federal com outras instituições policiais internacionais, com o fim de dar cumprimento às atribuições institucionais recíprocas.</p>
	<p>A Unidade realizou diversos procedimentos relativos à gestão e intercâmbio de informações com outras instituições policiais internacionais, tais como extradições, difusões vermelhas, prisões no exterior e outras devidamente discriminadas no item 11.1 – Outras Informações Consideradas relevantes pela Unidade.</p>
<p>Correição e Controles Internos</p>	<p>Garantir a integridade dos registros contábeis e financeiros e a conformidade com as leis, os regulamentos e os normativos aplicáveis à entidade e sua área de atuação, em especial dos procedimentos relacionados às atribuições institucionais de Polícia Judiciária.</p>
	<p>Para garantir a integridade dos registros contábeis e financeiros foi criada a Unidade de Controle Interno que vem atuando visando garantir a integridade dos registros e avaliando a Conformidade Contábil e de Gestão. Os procedimentos institucionais de Polícia Judiciária são realizados pela Corregedoria Regional que atuou registrando e determinando instauração de Inquéritos, decidindo conflito de competências, instaurando sindicâncias e processos disciplinares, controlando e fiscalizando a tramitação de inquéritos, promovendo correições ordinárias, consolidando dados estatísticos e realizando diversas outras atividades pertinentes.</p>
<p>Gestão de Parcerias e Convênios</p>	<p>Conjunto de processos destinados à prospecção, à formalização e ao controle dos acordos e convênios destinados à troca de informações, ao compartilhamento de recursos e à cooperação técnica, entre outros, firmados pela Instituição com outros órgãos ou entidades, nas esferas nacional e internacional.</p>
	<p>A Unidade desenvolve trabalho constante de prospecção de acordos e convênios destinados a troca de informações e à Cooperação Técnica na área de sua jurisdição, como os realizados com o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, DETRAN/ES, Junta Comercial/ES, ESCELSA/SA, entre outros.</p>
<p>Gestão de Tecnologia da Informação</p>	<p>Conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização.</p>
	<p>O NTI vem atuando em sistemas diversos, como o SIGEPOL, SISCART, Sistema de Ordens de Missão Policial e Administrativa, Sistema de Despachos, de Remessa de IPLs, de Mensageria, de controle de Prática Desportiva, de controle de navios, de controle de viaturas, de controle do livro de Plantão, entre outros que visam facilitar e controlar as atividades realizadas.</p>
<p>Gestão do Conhecimento</p>	<p>Conjunto de processos sistematizados, articulados e intencionais, capazes de incrementar a habilidade dos gestores e servidores públicos em criar, coletar, organizar, transferir e compartilhar informações e conhecimentos que podem servir para a tomada de decisões, para a gestão de políticas públicas e para a inclusão do cidadão como produtor de conhecimento coletivo.</p>
	<p>Visando promover a qualificação e a requalificação de pessoal para a melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional o Núcleo de Treinamento e Desenvolvimento efetuou diversas ações de capacitação elencadas no item 11.1 – Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ.</p>

Gestão Organizacional e Estratégica	Conjunto de processos que visa ao planejamento, à organização, à implantação, à avaliação e ao controle do desempenho da organização, buscando a eficiência e a constante melhoria dos processos de trabalho, a eficácia das ações operacionais e administrativas, o aumento da produtividade e o desempenho qualitativo dos serviços.
	A Gestão Organizacional e Estratégica é centralizada no Gabinete do Superintendente em conjunto com as chefias da Delegacia Regional Executiva e da Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado, que permanentemente planejam, implementam, avaliam e controlam as ações da Unidade Jurisdicionada, visando o aumento da produtividade e do desempenho.

Delegacia Regional Executiva –DREX

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Controle da Segurança Privada	Consiste num conjunto de processos destinados a autorização para aquisição de armas, munições, petrechos e coletes balísticos; cancelamento de atividade e de autorização de funcionamento; encerramento de atividade clandestina de segurança privada; credenciamento de instrutor para escola de formação de vigilante; emissão do certificado de vistoria de carro-forte; aprovação do plano de segurança bancária; emissão de guia de transporte de armas, munições, explosivos e petrechos de recarga; emissão do registro de certificado de formação de vigilante; expedição da autorização de funcionamento e alteração de atos constitutivos; emissão da Carteira Nacional de Vigilante – CNV; processo punitivo em desfavor de empresas de segurança privada e instituição financeira; credenciamento de instrutores que atuam na iniciativa privada Sob o controle da CONAT; recebimento de armas de fogo; credenciamento de psicólogos, instrutores de tiro e armeiros; autorização para emissão de porte de arma de fogo para guarda municipal; autorização para trânsito de arma de fogo; autorização do porte de arma de fogo para segurança de dignitários estrangeiros; autorização do porte de arma de fogo de uso permitido; registro de arma de fogo; autorização para aquisição de armas de fogo de uso permitido; controle de importação e exportação de produtos químicos; cadastro e licenciamento de empresas de produtos químicos; instauração e condução de Processo Administrativo de Infração (PAI); fiscalização de empresas de produtos químicos.

	<p>O Controle da Segurança Privada foi conduzido através de ações fiscalizatórias e procedimentais. Foram fiscalizadas empresas de segurança privada, de segurança orgânica, de transporte de valores, cursos de formação de vigilantes, estabelecimentos financeiros, veículos especiais de transporte de valores, empresas clandestinas (autos lavrados), empresas regulares encerradas, armas apreendidas e autos de infração expedidos. Foram também realizados procedimentos de vistoria de instalações de empresas de segurança, autorizações de funcionamento e de alteração de atos constitutivos, relatórios de incidentes, certificados de segurança, expedição de vistorias, autorizações para compra e para transporte de armas, munições e petrechos, autorizações para compra e transporte de coletes e para mudança de uniforme, expedição de carteiras de vigilantes, certificados de formação de vigilantes e registros de certificados de reciclagem e extensão, sendo que os quantitativos estão discriminados no item 11.1 – Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ.</p>
<p>Controle de Armas de Fogo</p>	<p>Consiste no conjunto de processos destinados à regulação e à fiscalização do registro, da posse e da comercialização de armas de fogo e munições, incluindo a gestão do Sistema Nacional de Armas de Fogo (SINARM) e o controle de instrutores de tiro e dos profissionais habilitados para a realização de avaliações psicológicas para emissão dos documentos autorizativos para aquisição e para registro e porte de armas no País.</p> <p>Foram realizados processos de credenciamento de instrutores de armamento e tiro e de armeiros, bem como processos de credenciamento/recredenciamento de psicólogos. Ainda foram efetuadas atividades de condução dos processos de Registro de armas novas, renovação de registros e transferências de armas, bem como registro de armas entregues na campanha do desarmamento, armas apostiladas no Exército e armas encaminhadas ao SFPC. Procedeu-se também o registro de ocorrências de armas furtadas, roubadas, extraviadas e apreendidas e dos portes de arma deferidos e renovados, estando os dados discriminados no item 11.1 – Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ.</p>
<p>Controle Migratório</p>	<p>Consiste no conjunto de processo que visa ao estabelecimento e à implantação de critérios e regras para o ingresso e para a saída de nacionais e estrangeiros do território brasileiro, bem como a expedição e o controle de documentos de viagem de cidadãos brasileiros. Contempla a permanente atualização do cadastro dos estrangeiros residentes no País e a execução dos procedimentos para a emissão da Carteira de Estrangeiro, documento que garante a legalidade da permanência dos estrangeiros no País.</p> <p>O Processo de Controle Migratório foi conduzido mediante atividades de controle de entrada e saída do país de brasileiros e estrangeiros e verificação de condições necessárias para expedição de documentos de viagem que resultou na emissão de 39.750 (trinta e nove mil, setecentos e cinquenta) novos passaportes nesta UJ. Foram atualizados os controles e cadastros de estrangeiros no país e expedidos novos documentos de identidade de estrangeiros.</p>
<p>Controle de Precursores Químicos</p>	<p>Consiste no conjunto de processos destinado ao controle e à fiscalização dos produtos químicos e das substâncias a que se refere a Lei 10.357, 27/12/2001, sendo executado mediante o cadastramento e fiscalização das empresas que exerçam ou venham a exercer quaisquer das atividades elencadas nessa lei, por meio da expedição dos certificados e autorizações pertinentes.</p> <p>Na execução do processo de controle e fiscalização de precursores químicos foram lavrados 23 (vinte e três) autos de fiscalização e notificações.</p>

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

Identificação Civil	Consiste no conjunto de processos destinados à individualização das pessoas por meio de suas impressões datiloscópicas, consistindo nas etapas de coleta, análise e armazenamento, possibilitando a emissão de inúmeros documentos de identificação, a exemplo da Carteira de Identidade de Estrangeiro, Passaporte Nacional, Carteira de Vigilante, Carteira Funcional de Servidores da Polícia Federal e Registro de Identidade Civil.
	Foram realizadas pelo NID – Núcleo de Identificação - as ações necessárias para individualização das pessoas por meio de impressões datiloscópicas com posterior análise e inserção dos dados no sistema AFIS para identificação de impressões digitais.
Segurança de Pessoas	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo resguardar a integridade física de pessoas, em especial as autoridades nacionais e internacionais (dignitários) e as testemunhas em processos judiciais ou em investigações criminais de competência federal.
	O processo de Segurança de Pessoas é conduzido pela DELINST sob demanda e formação de equipe conforme avaliação, tendo ocorrido escolta nos casos de depoente especial e segurança de autoridades.
Segurança de Portos e Aeroportos	Consiste no conjunto de processos que visam ao planejamento e ao controle da segurança aeroportuária e portuária, bem como no policiamento marítimo e fluvial executado pelas Unidades Descentralizadas.
	O processo é conduzido pela DELEMIG no aeroporto e pelo NEPOM no porto. Existe uma equipe de plantão no aeroporto responsável por avaliar o nível de risco, planejar as ações e efetuar o controle aeroportuário. No Porto a UJ conta com equipe do NEPOM responsável por patrulhamento e pela unidade de fiscalização de tráfego internacional.
Suporte Operacional	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da Instituição. Incluem-se nesse macroprocesso a aviação operacional, o comando tático e os cães de serviço.
	A Unidade não dispõe de unidades de aviação operacional, comando de operações táticas e canil, sendo esse nível de Suporte Operacional de responsabilidade do Órgão Central.
Proteção à Vida e aos Direitos Humanos	Consiste no conjunto de processos destinado à proteção à vida e aos direitos humanos, em especial nos casos de proteção ao réu colaborador preso, proteção de pessoas que aguardam acolhimento no Programa Nacional de Proteção à testemunhas (PNPT), bem como à fiscalização de adoção internacional de crianças.
	O processo de Proteção à Vida e aos Direitos Humanos é conduzido pelo Órgão Central e a DELINST atua na UJ sob demanda, formando equipe conforme avaliação da situação.

Delegacia Regional de Repressão e Combate ao Crime Organizado - DRCOR

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Investigação Criminal	<p>Consiste no conjunto de processos que visa à apuração das infrações penais e respectiva autoria, incluindo aquelas a cujo teor deva ser dado tratamento sigiloso, sendo formalizado por meio de instrumentos como inquérito policial e termo circunstanciado, que configuram a exteriorização da investigação criminal. Inclui as operações policiais necessárias à obtenção do conjunto probatório necessário à conclusão da investigação.</p> <p>O Processo de Investigação Criminal é conduzido por todas as delegacias da UJ e formalizado o procedimento por meio de inquéritos policiais presididos e orientados pelas Autoridades Policiais. Informações detalhadas sobre esse processo estão disponíveis no item 11.1 – Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ.</p>
Identificação criminal	<p>Consiste no conjunto de processos relacionados ao registro, à guarda, à recuperação e ao fornecimento, quando solicitado, de todos os dados e informações necessários para estabelecer a identidade de acusados da prática de infrações criminais.</p> <p>Assim como a Investigação Criminal, a Identificação Criminal está disponível nos inquéritos policiais conduzidos pelas Autoridades Policiais. Adicionalmente a identificação pode ser realizada pelo Núcleo de Identificação, responsável pelas ações necessárias para individualização das pessoas por meio de impressões datiloscópicas com inserção e consulta dos dados no sistema AFIS.</p>

Núcleo de Inteligência Policial: NIP

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Inteligência Policial	<p>Conjunto de processos relativo à atividade de produção e proteção de conhecimentos, exercida pela Polícia Federal, por meio do uso de metodologia própria e de técnicas acessórias, com a finalidade de apoiar o processo decisório do órgão, quando atuando no nível de assessoramento, ou ainda, de subsidiar a produção de provas penais, quando for necessário o emprego de suas técnicas e metodologias próprias, atuando, neste caso, no nível operacional.</p>

	O Núcleo de Inteligência Policial produz conhecimentos de inteligência visando subsidiar a escolha e contratação de terceirizados, tais como vigilantes, recepcionistas, faxineiros e estagiários. É responsável ainda por assessorar o Gestor na escolha das funções e cargos de confiança. Na área de investigação criminal, atua na área de inteligência e contra inteligência, realizando prospecção de possíveis crimes de interesse federal, procedendo entrevistas com informantes e colaboradores.
--	--

Setor Técnico Científico - SETEC

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Criminalística	<p>Consistem no conjunto de processos de descoberta, análise, coleta e exame pericial de vestígios criminais, indispensáveis para elucidação de crimes. Seus objetivos são a elucidação da dinâmica, a explicação da prova material dos delitos e a identificação de seus autores e vítimas. A criminalística se utiliza de conhecimentos científicos e aplica diferentes procedimentos e técnicas para reprodução dos fatos sob investigação criminal, sendo as disciplinas em que se baseia denominadas Ciências Forenses. O desenvolvimento das atividades dos Peritos Criminais Federais resulta em Laudos Periciais Criminais, requisitados pela Polícia Federal, Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, fornecendo elementos técnicos probatórios à investigação policial e ao processo criminal.</p> <p>É conduzido pelo Setor Técnico Científico que, mediante estudo e minucioso exame de vestígios, produziu 928 (novecentos e vinte e oito) documentos técnicos científicos entre Laudos, Informações Técnicas e Parecer Técnico, resultando na redução em 27% no número de solicitações de perícias pendentes de atendimento. Informações detalhadas sobre esse processo estão disponíveis no item 11.1 – Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ.</p>

1.5 Macroprocessos de Apoio

Os principais macroprocessos de apoio executados pela SR/DPF/ES consistem no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes administrativos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da Instituição e podem ser resumidos nos seguintes:

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Tecnologia da Informação	<p>Consiste no conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização. Inclui o projeto, o desenho, o desenvolvimento, a homologação e a manutenção dos sistemas computacionais, possibilitando o atendimento das necessidades decorrentes da execução dos processos finalísticos, de gestão e de suporte da Instituição.</p> <p>O NTI vem atuando em sistemas diversos, como o SIGEPOL, SISCART, Sistema de Ordens de Missão Policial e Administrativa, Sistema de Despachos, de Remessa de IPLs, de Mensageria, de controle de Prática Desportiva, de controle de navios, de controle de viaturas, de controle do livro de Plantão, entre outros que visam facilitar e controlar as atividades realizadas.</p>

Serviço de Administração e Logística Policial - SELOG

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Obras e Edificações	<p>Consiste no conjunto de processos destinado à elaboração de projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações onde estão ou serão instaladas as diversas unidades funcionais da Organização e ao acompanhamento da execução desses projetos. A partir da sua entrega, os imóveis devem ser objeto de manutenção permanente com a finalidade de assegurar a sua capacidade de suportar fisicamente a execução das atividades inerentes às das diversas unidades organizacionais.</p> <p>O GTED – Grupo Técnico em Edificações é o responsável por conduzir esse processo e realiza projetos, acompanhamentos e gestões necessárias para otimizar a utilização dos bens imóveis, identificando e promovendo intervenções, tais como reformas e manutenções prediais nos prédios da Superintendência Regional e delegacias descentralizadas.</p>
Logística	<p>Consiste no conjunto de processos destinado ao provimento de recursos, equipamentos e informações para a execução de todas as atividades da Instituição, administrando os recursos, em especial os materiais, gerenciando desde a compra e entrada de materiais, o armazenamento, o transporte e a distribuição dos produtos, monitorando as operações e gerenciando informações.</p>

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

	A área responsável por conduzir esse processo é o SELOG que gerencia os processos licitatórios, de dispensa e inexigibilidade para aquisição de bens e materiais necessários ao funcionamento da UJ. Conduz e controla também os processos de prestação de serviços e manutenção que servem como suporte à atividade finalística do Órgão. Realiza atividades de planejamento das aquisições, armazenagem, transporte, controle e distribuição dos materiais bem como dos recursos disponíveis.
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	<p>Consiste no conjunto de processos destinado ao controle patrimonial da Instituição, seus fenômenos e variações, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, registrando os fatos e atos de natureza econômico-financeira que o afetam e estudando suas consequências na dinâmica organizacional. Cuida do planejamento da execução físico-financeira, contemplando a previsão das receitas, a fixação das despesas e a obtenção e gestão dos recursos financeiros destinados ao atendimento das necessidades decorrentes do exercício das atribuições da Organização.</p> <p>Esse processo é conduzido pelo NEOF no que tange à gestão orçamentária e financeira e pelo NAD nas atividades de controle patrimonial, porém ambos estão subordinados ao SELOG. Realizam o controle orçamentário e patrimonial da UJ e são responsáveis pelos registros contábeis dos atos e fatos de natureza econômico-financeira.</p>

Setor de Recursos Humanos

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Pessoas	<p>Gerenciamento e desenvolvimento das pessoas selecionadas e contratadas, incluindo seu acompanhamento em termos de desempenho.</p> <p>Processo conduzido pelo SRH, responsável por acompanhar e gerenciar as questões relacionadas a avaliações de desempenho, folha de pagamentos, férias, licenças, descontos, obrigações, benefícios e vantagens, entre diversas outras atividades.</p>

Corregedoria Regional da Polícia Federal COR

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Distribuir expedientes com vistas à instauração de inquérito policial, planejar e executar o Plano de Correições, decidir sobre conflitos de competência, determinar a instauração de sindicância para apurar irregularidades ou infrações cometidas por servidores lotados na Superintendência ou em suas unidades subordinadas descentralizadas, dentre outras atribuições específicas (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Correição e Controles Internos	<p>Consiste no conjunto de processos destinados à inspeções nas Atividades de Polícia Judiciária; sindicância patrimonial; processo administrativo disciplinar (PAD); sindicância acusatória / punitiva; sindicância investigativa; apuração de desvios de conduta e violação do dever de cuidado de bens; correições em procedimentos disciplinares; correições das atividades de polícia judiciária (Ordinárias e Extraordinárias); correições parciais de inquéritos policiais; produção de informações gerenciais na área de polícia judiciária.</p> <p>Para garantir a integridade dos registros contábeis e financeiros foi criada a Unidade de Controle Interno que vem atuando visando garantir a integridade dos registros e avaliando a Conformidade Contábil e de Gestão. Os procedimentos institucionais de Polícia Judiciária são realizados pela Corregedoria Regional que atuou registrando e determinando instauração de Inquéritos, decidindo conflito de competências, instaurando sindicâncias e processos disciplinares, controlando e fiscalizando a tramitação de inquéritos, promovendo correições ordinárias, consolidando dados estatísticos e realizando diversas outras atividades pertinentes.</p>

1.6 Principais Parceiros

Podemos destacar importantes cooperações com outros órgãos Federais, Estaduais e Municipais, como por exemplo, Receita Federal do Brasil, IBAMA, ABIN, Banco Central, AGU, Caixa Econômica Federal, Instituto Nacional de Seguridade Social, Departamento Nacional de Produção Mineral, Instituto Estadual do Meio Ambiente, INCRA, INFRAERO, Empresa de Correios e Telégrafos, Alfândega do Porto de Vitória, Exército Brasileiro, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Civil e Militar Estaduais, dentre outras parcerias bem sucedidas.

Contamos ainda com parcerias junto ao Ministério Público e à Justiça – tanto estadual como federal - e polícias internacionais, por meio da INTERPOL – Serviço de Cooperação Policial, visando, sempre, a melhoria contínua dos procedimentos formalizados nesta Superintendência.

Também é importante ressaltar a atuação conjunta desta Superintendência com a Controladoria Geral da União, cuja participação tem sido fundamental em investigações relacionadas aos desvios de recursos públicos federais, haja vista a notória especialização dos integrantes daquele Órgão de Controle nessa área e com o Tribunal de Contas do Estado.

SEÇÃO III

DESENVOLVIMENTO

2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

(PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU 127/2013)

Neste Capítulo deixamos de incluir as informações relativas aos quadros A.2.2.1 – Programa Temático, A.2.2.2 – Objetivo e A.2.2.3.1 - Ações – OFSS, A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS que ficarão a cargo do Ministério da Justiça. Também não foram apresentadas informações relativas ao item 2.2.3.3 – Ações não previstas na LOA 2013 – Restos a Pagas não Processados – OFSS por não se aplicar a esta Unidade Jurisdicionada, bem como do quadro A.2.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento, da DN TCU 127/2013 que não se aplica ao DPF.

2.1 Planejamento da unidade

Primeiramente, cumpre esclarecer que o Departamento de Polícia Federal tem seu planejamento estratégico baseado no modelo de cenários prospectivos. Considerando a revisão do Plano Estratégico de 2007/2022, de modo a adequá-lo à nova realidade de gestão estratégica, a partir da publicação da Portaria nº 1735/2010-DG/DPF, de 03/11/2010, foi aprovada a revisão do planejamento estratégico da Polícia Federal, para o período de 2010-2022, ora representado por três instrumentos:

- Plano Estratégico, composto por:
 - I - Histórico;
 - II - Negócio;
 - III - Missão;
 - IV - Visão;
 - V - Valores;
 - VI - Fatores Críticos de Sucesso;
 - VII - Políticas Corporativas;
 - VIII - Macro Objetivos;
 - IX - Objetivos Institucionais; e
 - X - Ações Estratégicas.
- Portfólio Estratégico, que servirá como base para a estruturação, elaboração e consolidação dos Planos Plurianuais da Polícia Federal, é composto de:

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

I - Objetivos Institucionais; e

II - Ações Estratégicas.

- Mapa Estratégico, composto de:

I - Missão;

II - Visão;

III - Perspectivas;

IV - Macro Objetivos;

V - Objetivos Institucionais, de forma destacada, contendo a síntese de seus descritores; e

VI - Síntese das Ações Estratégicas, dispostas conforme sua vinculação aos respectivos Objetivos Institucionais.

As Perspectivas a que se refere o inciso III devem ser compreendidas na seguinte ordem:

I – Orçamento e Finanças;

II – Aprendizado e Crescimento;

III – Processos Internos; e

IV – Clientes e Resultados.

Nesse sentido, para efeito do presente Relatório de Gestão, é oportuno elencar os Objetivos Institucionais vigentes, previstos no planejamento estratégico:

a) Fortalecer a cultura de gestão estratégica

Implantar uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficácia, eficiência e efetividade de seus serviços e atividades.

b) Valorizar o Servidor

Estabelecer e implantar estratégias de avaliação do mérito e valorização do pessoal, motivando todas as categorias de servidores e agregando valores de maneira a formar um grupo coeso e permanente.

c) Reduzir a Criminalidade

Reduzir a atuação da criminalidade organizada, aprimorando e modernizando constantemente as técnicas investigativas, em todos os segmentos de atuação.

d) Promover a Cidadania

Promover o reconhecimento formal de direitos e deveres na vida cotidiana dos indivíduos, por meio da divulgação e fortalecimento das ações de polícia administrativa no território brasileiro e suas fronteiras.

e) Incrementar os Acordos e Parcerias

Promover, consolidar, regular e oficializar parcerias estratégicas, em âmbito nacional e internacional, de maneira a conferir respaldo e legitimidade às ações operacionais, de inteligência, de treinamento, de transferência de tecnologia, entre outras.

f) Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais

Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

g) Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação

Estruturar as práticas, padrões, processos, recursos e relacionamentos na área de Tecnologia da Informação, aprimorando seus serviços e agregando valor à instituição.

h) Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico

Vincular a proposta orçamentária da Polícia Federal ao seu planejamento estratégico, de maneira a dispor de um plano orçamentário sustentável que permita adequar qualitativa e quantitativamente os recursos financeiros ao cumprimento de sua missão.

A Superintendência Regional do DPF no Espírito Santo atua cumprindo suas atribuições legais, seguindo as diretrizes da Unidade Central, Diretorias e Coordenações, em conformidade com o planejamento Estratégico da Polícia Federal para o período 2010-2022. Em conjunto com outras unidades policiais do DPF e demais forças, órgãos de governo das três esferas, esta Regional busca ações coordenadas. As delegacias descentralizadas no Estado operam em consonância com a Superintendência em Vila Velha e integradas entre si, no que diz respeito aos meios e assuntos de interesse das operações desencadeadas e que ultrapassam as circunscrições dessas delegacias. Da mesma forma, a SR/DPF/ES opera com as Unidades Centrais e outras Superintendências do DPF.

Seguindo as diretrizes da Direção-Geral para o exercício de 2013, as ações previstas na Lei Orçamentária Anual, bem como a missão e a visão de futuro da instituição, a Superintendência Regional do DPF no Espírito Santo atuou fortemente no combate à criminalidade na sua circunscrição, tendo realizado diversas operações policiais de combate ao crime organizado, ao contrabando e descaminho, ao tráfico de drogas e armas, fraude a licitações, lavagem de dinheiro, entre outros delitos.

O atendimento ao cidadão mereceu especial atenção, com esforços voltados para aperfeiçoar os meios para a obtenção de passaportes, que passaram a ser oferecidos em um ambiente confortável e mais acessível, no mesma edificação do Shopping Praia da Costa, em prazos mais curtos, bem como assegurar

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

melhorias na recepção dos aeroportos e no atendimento a estrangeiros. Prosseguiu-se a campanha do desarmamento, sendo recebidos diversos tipos de armas, efetuando-se cadastro e confecção de registros e portes.

Ressaltam-se, em breve síntese, algumas das Operações de caráter permanente instituídas pelo órgão Central, atendendo ao seu Plano Estratégico de médio e longo prazo: a Operação Sentinela, objetivando prevenir e reprimir crimes transnacionais com os países vizinhos, como Argentina e Uruguai e a Operação Arco de Fogo, com foco à repressão desmatamento ilegal em regiões da Amazônia e crimes contra a fauna e flora brasileiras. A SR/ES constantemente participa de tais ações, através da cessão de policiais, conforme cronograma enviado pelas unidades centrais.

Foi dada continuidade à política de realizar ações conjuntas e com interlocução com outros Órgãos do Governo na esfera Federal, Estadual e Municipal. Assim, foram desenvolvidos trabalhos de inteligência, troca de informações e experiências, além das operações propriamente ditas, o que possibilitou êxito de diversos trabalhos desencadeados.

O Plano de Ação da SR/DPF/ES no exercício de 2013 visou atender as diretrizes da Direção Geral do DPF traçadas no Plano Estratégico, as quais são coordenadas pelas Diretorias das unidades centrais do DPF, nas respectivas áreas de atuação. Para tanto, foi elaborado o Plano de Metas Anual para o exercício de 2013, dividido em três segmentos, metas Policiais, metas Institucionais e metas Administrativas.

Quanto às metas policiais, embora os indicadores não demonstrem a produtividade desejada, grande parte dos resultados esperados foram alcançados. A SR/ES obteve êxito no combate ao tráfico internacional e interestadual de drogas, no combate aos crimes contra o INSS, Correios, Caixa Econômica Federal, e no combate a crimes cibernéticos incluindo a pedofilia e especialmente nos crimes contra o Meio Ambiente.

O resultado das metas institucionais foi satisfatório, especialmente as que envolviam baixo custo financeiro como treinamento e capacitação, bem como as ações voltadas à melhoria da saúde do servidor. Também foram exitosas as ações de gestão junto ao TJ/ES, TRF 2ª Região, Procuradoria da República e Defensoria Pública com objetivo de agilizar procedimentos e definir rotinas. Metas que passavam por questões de contingenciamento orçamentário, como o aumento de efetivo policial e administrativo e a construção da Delegacia de São Mateus não foram alcançadas, mas continuarão a ser perseguidas nos próximos exercícios.

O resultado das metas administrativas delineadas pela SR/DPF/ES foi adverso. Embora algumas metas tenham sido atingidas parcialmente, como aquisição de alguns itens de mobiliário, aquisição de equipamentos de informática e de novas viaturas, assim como ocorrido com parte das metas institucionais, as construções e reformas, tais como construção de galpão para abrigar veículos apreendidos,

construção de paiol, construção de academia de ginástica e musculação, reativação do estande de tiro e construção de uma lanchonete na SR/DPF/ES, não avançaram em razão das restrições impostas pelo contingenciamento orçamentário.

2.2 Informações sobre outros resultados da gestão

Após realização de estudo sobre a melhor forma de mensurar os resultados da gestão, foi produzido pelo Órgão Central e publicado no Boletim de Serviço nº 034 de 18/02/2014 o Índice de Produtividade Operacional – I.P.O. – do período de janeiro até dezembro do ano de 2013.

O índice busca representar o desempenho da gestão ao longo do tempo e os reflexos das intervenções efetuadas, utilizando-se de dados de fácil obtenção e compreensão, oriundos de fontes fidedignas.

A seguir transcrevemos os índices relativos a esta UJ e a metodologia utilizada para obtenção dos valores. O IPO é a soma dos valores nas tabelas 2, 3 e 4 que correspondem a índices relativos à Produtividade Operacional, Fatores Geográficos e Atividades Administrativas.

Cabe registrar que ocorreram algumas alterações no cálculo do Índice em relação aos anos anteriores (2012 e 2011), cuja metodologia e dados estão publicados no Boletim de Serviço nº 233 de 03/12/2013.

Tabela 1 – Índice de Produtividade Operacional

Unidade	2013	2012	2011
SR/ES	1,527	2,878223	2,294

Tabela 2 – Atividades Operacionais.

Ano	Índice
2013	1,099
2012	2,5213
2011	2,019

Tabela 3 – Fatores Geográficos.

Ano	Índice
2013	0,053
2012	0,0550
2011	0,054

Tabela 4 – Atividades Administrativas.

Ano	Índice
2013	0,375
2012	0,302
2011	0,221

Tabela 5 – Variáveis utilizadas na construção do IPO agrupadas em grupos temáticos.

Grupo temático/Variável
Atividades operacionais
Inquéritos relatados
Operações especiais de polícia judiciária
Prisão e mandado de condução coercitiva
Mandados de busca e apreensão
Prisão em flagrantes
Indiciamentos realizados
Quantidade de maconha apreendida
Quantidade de cocaína apreendida
Valor de bens apreendidos/sequestrados
Prejuízos evitados para a União
Perícias realizadas
Características Geográficas
Área da unidade da federação
Quantidade de municípios
Quantidade de zonas eleitorais
Quantidade de unidades de conservação
Extensão de fronteiras
População Indígena
Área de reservas indígenas
Atividades Não Operacionais
Quantidade de inclusão no Sistema Nacional de Informação Criminal (SINIC)
Quantidade de passaportes emitidos
Quantidade de passageiros em aeroportos
Quantidade de vistorias em embarcações de cabotagem
Quantidade de vistorias em embarcações de longo curso
Estrangeiros domiciliados na circunscrição
Quantidade de agências bancárias
Quantidade de empresas de vigilantes
Quantidade de empresas de produtos químicos

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

Tabela 6 - Dados operacionais da unidade jurisdicionada

Ano	IPL relatado	Operações policiais	Prisões e conduções coercitivas	Mandados de busca e apreensão	Flagrantes	Indiciados	Maconha	Cocaína	Valor dos bens apreendidos	Prejuízos evitados a união	Perícias realizadas
2013	1.308	8	17	39	58	827	146,709	460,001	Não Apurado	Não Apurado	776
2012	943	9	154	110	106	Não Apurado	951,000	144,000	Não Apurado	Não Apurado	1.066
2011	1.165	12	105	97	88	676	1.248,317	151,982	Não Apurado	Não Apurado	864

OBS:

- Os valores de efetivo policial e administrativo foram fornecidos pelo CRH e reflete a situação em janeiro de 2014.
- Os dados de operações especiais de Polícia Judiciária, atualizados até 31/12/2013.
- Os dados de apreensão de maconha e cocaína, aferidos pela CGPRE/DICOR, atualizados até 31/12/2013.
- Os dados sobre IPL relatados e inquéritos motivados por flagrantes foram consultados nos SISTEMAS CORPORATIVOS DO DPF no dia 07/08/2013.
- Os dados sobre INDICIADOS foram fornecidos pela CGTI, em 06/01/2014, atualizados até 31/12/2013.
- Os valores apreendidos e prejuízos evitados á União não foram considerados nesse índice.
- Os dados sobre Perícias foram fornecidos pela DITEC, em 04/02/2014, atualizados até 31/12/2013.

Tabela 7 – Dados geográficos e efetivos policiais e administrativos.

Ano	Área	Quantidade de municípios	Quantidade de zonas eleitorais	Quantidade de unidades de conservação	Extensão da Fronteira	População indígena	Área de reservas indígenas
2013	46.096	78	59	11	0	9.585	76
2012	46.096	78	59	11	0	9.585	76
2011	46.096	78	59	11	0	9.585	76

OBS:

- Os dados geométricos são os utilizados no IPO de 2012.

Tabela 8 – Dados das atividades administrativas e efetivos policiais e administrativos.

Ano	SINIC	Passaportes	Movimento Aeroporto	Movimento embarcações de cabotagem	Movimento embarcações de longo curso	Estrangeiros	Número de agências bancárias	Número de empresas de vigilância	Numero de empresas de produtos químicos
2013	4.509	39.750	8.106.711	Não Considerado	Não Considerado	8.451	436	56	190
2012	1.103	36.039	136	1.651	843	2.720.377	442	22	190
2011	2.829	37.747	Não Apurado	Não Apurado	Não Apurado	929	442	22	190

OBS:

1. Os dados inseridos no SINIC, fornecido pelo INC, dados atualizados até 31/12/2013.
2. Os dados de passaporte fornecido pelo SINPA, dados atualizados até 31/12/2013.
3. Os dados de movimento de aeroporto obtidos no site da Infraero, dados atualizados até 30/06/2013.
4. Os dados de número de agência, empresas de vigilância, atualizados até 31/12/2013, e de produtos químicos são os utilizados no IPO de 2012.
5. Os dados de números de estrangeiros atualizados em 31/12/2013.
6. Os dados de embarcações de capotagem e de longo curso não foram considerados nesse índice.

Tabela 09 – Pesos atribuídos as variáveis no cálculo do IPO.

Grupo temático/Variável	Pesos	
	Grupo	Variável
Atividades operacionais		
Inquéritos relatados	0,7	0.06
Operações especiais de polícia judiciária		0.16
Prisão e conduções coercitivas		0.14
Mandados de busca e apreensão		0.14
Prisão em flagrantes		0.12
Indiciamentos		0.06
Quantidade de maconha		0.03
Quantidade de cocaína		0.03
Valor de bens apreendidos/sequestrados		0.10
Prejuízos evitados para a União		0.10
Perícias realizadas		0.06
Características Geográficas		
Área da unidade da federação	0,1	0.0625
Quantidade de municípios		0.0625
Quantidade de zonas eleitorais		0.0625
Quantidade de unidades de conservação		0.0625
Extensão de fronteiras		0.0625
População Indígena		0.0625
Área de reservas indígenas		0.0625
Atividades Não Operacionais		
Quantidade de inclusão no Sistema Nacional de Informação Criminal (SINIC)	0,2	0.0625
Quantidade de passaportes emitidos		0.0625
Quantidade de passageiros em aeroportos		0.0626
Quantidade de vistorias em embarcações de cabotagem		0.0625
Quantidade de vistorias em embarcações de longo curso		0.0625
Estrangeiros domiciliados na circunscrição		0.0625
Quantidade de agências bancárias		0.0625
Quantidade de empresas de vigilantes		0.0625
Quantidade de empresas de produtos químicos		0.0625

Obs. 1 Define-se índice de produtividade como uma relação entre os resultados alcançados, frente aos recursos necessários a obtê-los em determinado processo.

Obs. 2 O índice de Produtividade Operacional – I.P.O. – de uma unidade é a média aritmética de indicadores de produtividade ponderados por dois pesos: o primeiro pertence ao grupo temático do indicador e o segundo relaciona-se a complexidade da atividade em relação ao outro grupo.

Obs. 3 No cálculo o Índice de Produtividade Operacional – I.P.O. – aplica-se a equação abaixo:

$$IPO = 100 \times \sum_{g=1}^3 p_g \times \left(\sum_{g=1}^{ng} (p_{vg} \times IP_{vg}^g) \right)$$

Onde:

1. P_g é o peso do grupo temático g;
2. p_{vg} é o peso da variável v do grupo temático g;
3. ng é o número de variáveis no grupo temático g; e
4. IP_{vg}^g é o valor do índice de produtividade do grupo temático g.

• Detalhes da construção da equação, vide memorando nº 096/2013-DICOR/DPF de 22.03.2012 e memorando circular nº 10/2013-DICOR/DPF de 29.04.2012.

Obs.4 Com escopo de uniformizar a reunião de dados para o Índice de Produtividade Operacional – I.P.O, considera-se Operação Especial de Polícia Judiciária: “toda operação policial que encerre ou tenha possibilidade de encerrar uma ou mais das seguintes características: aplicação de conhecimentos especializados; aplicação de recursos ou meios técnicos especializados ou controlados; aplicação de recursos financeiros de natureza especial; mobilização de mais de 10 (dez) policiais durante a investigação, deflagração ou análise de material apreendido; ações conjuntas com outros órgãos; apoio logístico de mais de uma unidade da Polícia Federal ou órgão externo da Polícia Federal; ocorrência ou possibilidade de repercussão regional ou nacional em razão da importância dos alvos; magnitude das ações ou potencial lesivo da conduta dos indiciados; ações em mais de uma cidade; duração superior a trinta dias; implicação de quadrilha, bando ou organização criminosa ou necessidade de acompanhamento ou coordenação de parte da Unidade Central” artigo 10 da Portaria nº 709/08-DG/DPF, complementado pelo memorando circular nº 12/2013-DICOR/DPF de 03.06.2013.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

(PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.)

Neste Capítulo deixamos de incluir as informações relativas ao subitem 3.3 – Remuneração paga a Administradores e aos quadros A.3.3.2 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal, A.3.3.3 – Síntese da Remuneração dos Administradores, A.3.3.4 – Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores, que não se aplicam à natureza jurídica desta Superintendência Regional.

3.1 Estrutura de Governança

A estrutura de governança na UJ está em constante processo de aperfeiçoamento. No ano de 2013, por meio da Portaria nº 3866/2013-DG/DPF, de 12 de setembro 2013, esta foi instituída a Unidade de Controle Interno na SR/ES, que juntamente com a Assessoria de Controle Interno da Direção Geral do Departamento de Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União compõe o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

As atribuições das Unidades de Controle Interno do DPF estão regulamentadas pela Instrução Normativa nº 043/2010 – DG/DPF de 23/12/2010 e são as seguintes:

I – acompanhar auditorias e o atendimento das demandas da Controladoria Geral da União e do Tribunal de Contas da União pela sua unidade, observando o cumprimento dos prazos;

II – analisar a legalidade, legitimidade e economicidade de atos administrativos;

III – assistir o Superintendente Regional nos assuntos relativos ao Sistema de Controle Interno e ao Sistema de Controle Externo, atuando como facilitador da relação entre sua unidade e os órgãos que compõem esses sistemas;

IV – auxiliar a mensuração da eficácia, eficiência e efetividade das ações de sua unidade para o atingimento dos objetivos das políticas públicas traçadas para o DPF;

V – executar as atividades afetas à organização do Relatório de Gestão, consolidação do Plano de Metas e Relatório Anual de Atividades da Superintendência, bem como, quando necessário, elaboração dos Processos de Contas e da Tomada de Contas Especial;

VI – manter-se atualizado em relação às normas e diretrizes da Administração Pública Federal concernentes ao Sistema de Controle Interno e ao Sistema de Controle Externo, transmitindo-as e orientando os responsáveis pelo seu cumprimento;

VII – monitorar, registrar e repassar informações para elaboração do Balanço Geral da União à unidade competente;

VIII – executar as atividades necessárias à formulação dos Relatórios de Controle Interno por iniciativa própria ou quando demandados pelo Superintendente Regional; e

IX – outras atribuições pertinentes, conforme determinação do Superintendente.

Ainda com a finalidade de efetuar os controles necessários, existem servidores responsáveis pela Conformidade dos Registros de Gestão e pela Conformidade dos Registros Contábeis.

A Conformidade dos Registros de Gestão consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial incluídos no Sistema Integrado de Administração

Financeira do Governo Federal (SIAFI), se foram realizados em observância às normas vigentes, e da existência de documentação que suporte as operações registradas.

O SIAFI emite o Relatório de Conformidade dos Registros de Gestão, no qual constam todos os registros do dia anterior. A documentação que suporta as operações registradas nesse Relatório é encaminhada pelos setores (SELOG, NAD, NEOF, Licitação, GTED) ao conformista de gestão; após a certificação da existência ou não de documentação que suporte os registros dos atos e fatos constantes no Relatório, o conformista de Gestão registra no SIAFI a Conformidade de Registro de Gestão, com Restrição ou sem Restrição.

A Conformidade dos Registros Contábeis no ano de 2013 foi realizada no Órgão Central, mas uma das metas da administração e realizar o trabalho nesta UJ, de forma descentralizada.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Conforme definido pela Direção Geral do DPF no seu planejamento estratégico de médio prazo, uma de suas prioridades era a ampliação da atuação da Assessoria de Controle Interno, por meio da criação de projeções regionais em todas as suas vinte e sete Superintendências. Assim, por meio da Portaria nº 3866/2013-DG/DPF, de 12 de setembro 2013, a Regional da Polícia Federal no Estado do Espírito Santo teve instituída sua Unidade de Controle Interno, que juntamente com a Assessoria de Controle Interno da Direção Geral do Departamento de Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União compõe o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Assim, o gestor, juntamente com a UCI, avaliou os sistemas de controles internos existentes especialmente no Setor de Recursos Humanos e no Setor de Administração e Logística Policial, cujas rotinas foram consideradas relevantes para o regular desempenho orçamentário-financeiro da Unidade.

O quadro a seguir visa demonstrar a percepção da própria unidade jurisdicionada, representada pelo seu nível estratégico de direção, da qualidade do funcionamento dos controles internos administrativos da Regional, principalmente quanto à suficiência desses controles para garantir, com razoável segurança, a confiabilidade das informações financeiras produzidas; a obediência (compliance) às leis e regulamentos que a regem, ou ao seu negócio; a salvaguarda dos seus recursos, de modo a evitar perdas, mau uso e dano; a eficácia e a eficiência de suas operações frente aos objetivos traçados.

QUADRO 2 (A.3.2) – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p>Análise Crítica: O Sistema de Controle Interno, formado pela UCI, pelo Conformista de Gestão e pela CGU aliado ao fato de tratar-se de UJ de pequeno porte, bem estruturada e organizada, com rotinas e procedimentos desenvolvidos de forma eficaz possibilitam ao gestor afirmar que o trabalho desenvolvido minimiza a possibilidade de ocorrência de desvio de recursos, má gestão ou qualquer outra situação incompatível com o eficaz e regular emprego dos recursos públicos.</p>					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

3.3 Sistema de Correição

O Sistema de correição da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Espírito Santo é realizado pela Corregedoria Regional, composta pelos Núcleos de Correições e de Disciplina. A Portaria nº 2877/2011 do Ministério da Justiça, que aprova o Regimento Interno da Polícia Federal, dispõe sobre a natureza, competência e estrutura organizacional do DPF e, em seu anexo IX, apresenta na estrutura da Superintendência do Espírito Santo a sua Corregedoria Regional, abarcando seus núcleos ora mencionados.

De forma sucinta, podemos descrever como principais atividades desenvolvidas pela Corregedoria Regional a responsabilidade pelo recebimento das notícias de infrações penais de competência do DPF e seu cadastramento, apuração de notícias de infrações penais ou administrativas cometidas por servidores do DPF, apreciação dos Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias e

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

encaminhamento ao Superintendente Regional, coleta de dados estatísticos das atividades de polícia judiciária e disciplinar, fiscalização e orientação às autoridade policiais e delegacias descentralizadas quanto à correta interpretação e cumprimento das atividades de polícia judiciária e disciplinar. O Corregedor Regional também compõe o Conselho Regional de Polícia, entidade consultiva destinada a orientar as atividades policiais e administrativas no âmbito da Superintendência e a opinar nos assuntos de relevância institucional, conforme disposto no artigo 21 do Regimento Interno do DPF.

O Núcleo de Correições é responsável pelo planejamento e execução das atividades relacionadas aos trabalhos de polícia judiciária, procedimentos correicionais, acompanhamento e controle dos prazos dos procedimentos policiais em trâmite e daqueles que devam ser instaurados, bem como pela compilação dos dados estatísticos de produção, quando necessário.

O Núcleo de Disciplina é responsável pela coordenação das atividades relacionadas aos procedimentos administrativos disciplinares, bem como a análise do seu conteúdo, a fim de que atendam de forma satisfatória aos seus objetivos e cumpram as formalidades exigidas pelas normas que regem tais procedimentos.

No ano de 2013, o trabalho da Corregedoria Regional alcançou os seguintes resultados: foram correicionados todos os 750 Inquéritos Policiais instaurados em 2013 durante as correições ordinárias, assim como os livros cartorários e os bens apreendidos desta Superintendência e das Descentralizadas. No âmbito do Núcleo de Disciplina, foram instauradas 15 sindicâncias investigativas e 01 Processo Disciplinar. De tal modo, infere-se que as atividades desenvolvidas pela Corregedoria Regional estão contribuindo de forma significativa para o aperfeiçoamento das atividades inerentes aos procedimentos policiais e pelo aprimoramento da conduta ética dos servidores desta Superintendência.

3.4 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

A Corregedoria Regional na SR/DPF/ES atua em consonância como os preceitos contidos na Portaria nº 1043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União-CGU, cumprindo os prazos de registros das informações relativas aos processos disciplinares no sistema CGU-PAD previstos em seu artigo 4º. Ademais, os órgãos cadastradores vem zelando pela integralidade, disponibilidade e confidencialidade das informações registradas no CGU-PAD, nos termos do art. 5º da referida Portaria.

3.5 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

Esta unidade jurisdicionada não instituiu indicadores para monitorar e avaliar o funcionamento do modelo de governança e a avaliação da efetividade dos controles internos faz parte da análise crítica do Quadro A.3.2 do subitem 3.2.

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

(PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013)

Neste Capítulo deixamos de incluir as informações relativas aos quadros A.4.1.1 – Programação de Despesas, segunda parte do quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa, A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa, A.4.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total, A.4.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários, A.4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total, A.4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários, que serão enviadas diretamente de forma consolidada pela COF/DLOG no órgão central.

Deixamos ainda de incluir as informações relativas aos subitens 4.4 – Transferência de Recursos, 4.6 – Renúncias sob a Gestão da UJ e 4.7 Gestão de Precatórios, bem como os dados dos quadros A.4.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência, A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios, A.4.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse, A.4.4.4 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse, A.4.5.2 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”), A.4.6.1.1 - Benefícios Financeiros e Creditícios Geridos pela UJ ou Benefícios Financeiros e Creditícios Estimados e Quantificados pela UJ, A.4.6.2.1 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ/ Renúncias Tributárias Estimadas e Quantificadas pela UJ, A.4.6.2.2 - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida, A.4.6.2.3 - Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário - 2013-2011, A.4.6.2.4.1 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas, A.4.6.2.4.2 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas, A.4.6.2.5.1 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas, A.4.6.2.5.2 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas, A.4.6.2.6 - Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ, A.4.6.2.7 - Prestações de Contas de Renúncia de Receitas, A.4.6.2.8 - Comunicações à RFB, A.4.6.2.9 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas, Declaração de

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal, A.4.6.2.11 - Ações da RFB, A.4.7.1 – Requisições e Precatórios – Administração Direta e A.4.7.2 – Requisições e Precatórios – Administração Indireta, por não se aplicarem a esta unidade jurisdicionada.

A primeira parte do quadro 8 (A.4.5.1) – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) e do quadro 10 10 (A.4.5.4) - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF), também deixaram de ser informadas, tendo em vista que a Conta Tipo “B” não se aplica a esta Unidade.

O Quadro A.4.2. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos não foi inserido por não ter ocorrido tal situação na Unidade Jurisdicionada.

4.1 Execução das despesas

4.1.1 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO 3 (A.4.1.2.1) – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos	200336	200352	30108-0612221122000001			8.515.090,12
Recebidos	200336	200352	30108-06181207027260001			1.753.477,17
Recebidos	200336	200352	30108-06183207014WH0101			351.681,31
Recebidos	200336	200352	30108-0618320707U230001			136.984,01
Recebidos	200336	200352	30108-09272008901810001	3.723,17		
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos	200336	200352	30108-0612221122000001	581.461,39		
Recebidos	200336	200352	30108-06181207020UE0001	68.762,43		
Recebidos	200336	200352	30108-06181207027260001	273.856,20		

4.1.2 Realização da Despesa

4.1.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO 4 (A.4.1.3.5)–DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO– CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)				
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	5.756.238,30	5.306.524,31	5.724.163,42	5.279.276,13
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h-i)				
h) Dispensa	296.555,14	349.031,29	295.851,95	343.205,29
i) Inexigibilidade	684.190,13	687.633,68	684.190,13	679.803,68
3. Regime de Execução Especial				
j) Suprimento de Fundos	52.690,91	124.447,00	52.690,91	124.447,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)				
k) Pagamento em Folha	3.723,17	5.292,56	3.723,17	5.292,56
l) Diárias	2.524.641,57	1.415.568,21	2.319.420,51	1.401.377,56
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)				

4.1.2.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO 5 (A.4.1.3.6) – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
Sentenças judiciais	3.723,17		3.723,17				3.723,17	
Outros benef. assist. Do servidor e do militar	23.758,16	5.292,56	23.758,16	5.292,56			23.758,16	5.292,56
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
Diárias - pessoal civil	2.524.641,57	2.077.736,69	2.319.420,51	2.077.736,69	205.221,06	0,00	2.319.420,51	1.320.431,63
Material de consumo	883.657,88	705.801,00	666.366,68	623.436,63	217.291,20	82.364,37	666.299,77	648.363,54
Passagens e despesas com locomoção	315.952,25	227.479,98	289.649,47	212.845,09	26.302,78	14.634,89	289.649,47	160.459,84
Outros serviços de terceiros - pessoa física	13.000,00	56.500,00	13.000,00	56.500,00			13.000,00	96.500,00
Locação de mão-de-obra	3.773.626,96	3.432.522,09	3.428.087,46	3.126.399,67	345.539,50	306.122,42	3.427.139,79	2.295.261,76
Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	2.647.429,43	2.654.511,09	2.262.570,79	2.321.065,35	384.858,64	333.445,74	2.253.488,19	1.959.714,88
Obrigações tributárias e contributivas	29.872,78	23.022,40	25.240,60	16.647,78	4.632,18	6.374,62	25.240,60	14.867,32
Despesas de exercícios anteriores	107.712,05	113.782,67	107.712,05	113.782,67		0,00	107.712,05	243.999,44
Indenizações e restituições	417.729,41	391.240,59	411.211,99	387.210,53	6.517,42	4.030,06	394.526,83	676.220,45
Outros serv.terceiros-pes.jurid-op.intra-orc.	19.852,12	18.826,27	13.006,18	12.249,76	6.845,94	6.576,51	13.006,18	12.249,76
Obrig.tribut.e contrib-op.intra-orcamentarias		4.988,88		4.988,88				4.988,88
Despesas de exercícios anteriores - intra-orc.		3.442,86		3.442,86				3.442,86
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos								
Obras e instalações	68.762,43				68.762,43			
Equipamentos e material permanente	855.317,59	364.550,64	111.995,34	109.572,91	743.322,25	254.977,73	89.314,45	84.377,91

4.1.2.3 Análise crítica da realização da despesa

Alterações significativas ocorridas no exercício:

Esta UJ não obteve alterações nas suas cotas orçamentárias, impactando sobremaneira na concretização das demandas apresentadas.

Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade:

Não ocorreram contratações em volumes significativos com base na dispensa e inexigibilidade; as contratações realizadas via dispensa se concentraram na aquisição de bens de pequeno valor, e as realizadas via inexigibilidade se concentraram em contratações de serviços de empresas concessionárias.

Contingenciamento no exercício:

Foi realizado significativo esforço por parte do Setor de Administração e Logística Policial (SELOG) da UJ, durante todo o exercício de 2013, visando adequar as demandas da Regional às disponibilidades orçamentárias.

Eventos negativos que prejudicaram a execução orçamentária:

O contingenciamento de crédito prejudicou o acréscimo de serviços conforme demanda da UJ. Além disso, as cotas orçamentárias distribuídas não foram suficientes para cumprir com os contratos de duração continuada, em especial, quanto às repactuações de serviços terceirizados. Assim sendo, foi realizada economia de despesas, corte de gastos para fins de não ultrapassar o valor das cotas.

Eventos positivos que facilitaram a execução orçamentária:

Visando atender metas de contenção de despesas, houve uma significativa economia nos limites de gastos da unidade orçamentária.

4.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

QUADRO 6 (A.4.3) – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	1.008.526,34	895.544,73	-110.171,77	2.809,84
2011				
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	27.822,34	27.248,18	-574,16	0,00
2011	1.934,46	1.934,45	-0,01	0,00

Fonte: SELOG/SR/DPF/ES

4.2.1 Análise Crítica

Não há nada digno de ser registrado acerca da análise crítica sobre a gestão dos Restos a Pagar inscritos em Exercícios anteriores.

4.3 Suprimento de Fundos

4.3.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

QUADRO 7 (A.4.5.1) – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013			29	8.070,62	18	26.574,93	34.645,55
2012			26	6.669,36	24	21.739,85	28.409,21
2011			11	2.127,00	10	11.977,72	14.104,72

Fonte: SIAFI Gerencial

4.3.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

QUADRO 8 (A.4.5.3) - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	200352	Limite de Utilização da UG	1.050.000,00		Total
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		
			Saque	Fatura	
Regina Lengruber Da Silva	020.282.667/83	8.000,00	1.981,00	4.809,12	6.790,12
Darci Rigo	101.895.991/20	7.000,00	2.841,60	8.119,63	10.961,23
Marcos Tadeu Anderson Monteiro	836.617.867/68	8.000,00	3.248,02	6.511,50	9.759,52
Total Utilizado pela UG			8.070,62	19.440,25	27.510,87

Fonte: SIAFI Gerencial

4.3.3 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

O Quadro 9 (A.4.5.4) a seguir contempla a situação das prestações de contas referentes à aplicação dos recursos despendidos via suprimento de fundos, abrangendo as prestações de contas referentes à aplicação realizada pelo Portador do CPGF, do exercício de 2013 e dos dois exercícios imediatamente anteriores, conforme exige a legislação em vigor.

QUADRO 9 (A.4.5.4) - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC Aguardando Análise	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC em Análise	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC não Aprovadas	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC Aprovadas	NA	NA	NA	NA	NA	NA	6	45.000,00	14	160.360,00	14	196.500,00

Fonte: SIAFI Operacional

*NA: Não se aplica.

4.3.4 Análise Crítica

Nada digno de registro. Pela dinâmica e imprevisibilidade da atividade policial, essa medida excepcional é de fundamental importância e vem sendo utilizada de forma seletiva e com o devido controle e senso crítico. Todos os suprimentos de fundos concedidos no âmbito da SR/DPF/ES tiveram as prestações de contas aprovadas em 2013.

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS. (PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.)

Neste Capítulo deixamos de incluir as informações relativas aos quadros A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12 e A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12, tendo em vista tratar-se de informação resguardada por sigilo conforme o disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa nº 69, de 14 de dezembro de 2012, publicado no BS 242, porém as informações encontram-se disponíveis para fornecimento aos órgãos de controle. Deixamos ainda de incluir informações solicitadas no item 5.1.5 - Cadastramento no Sisac e respectivos quadros, no item 5.1.8 – Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos, bem como informações relativas ao quadro A.5.2.2 – Autorizações para realização de concursos públicos ou

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

provimento adicional para substituição de terceirizados, por tratar-se de informações a serem prestadas pela DGP no Órgão Central.

Quanto ao item 5.2.1 – Informações sobre terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão, deixamos de confeccionar o quadro Quadro A.5.2.1 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada, por não haver contratação de terceirizados com atribuições descritas no plano de cargos do Órgão.

5.1 Estrutura de pessoal da unidade

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1 – Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

O Quadro 10 (A.5.1.1.2) visa a demonstrar as situações que reduzem a força de trabalho da UJ. São situações que caracterizam a ausência momentânea do servidor da UJ, conforme previsões legais.

QUADRO 10 (A.5.1.1.2) – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	2
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	2
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	1
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	4
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	3
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	1
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	6
4.1. Doença em Pessoa da Família	
4.2. Capacitação	6
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	1
5.5. Mandato Classista	
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	14

Fonte:SRH/SR/DPF/ES

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

O Quadro 11 (A.5.1.2.1) a seguir, identifica a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas da UJ.

QUADRO 11 (A.5.1.2.1) – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		3		1
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas				
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		24	1	
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		27	1	1

Fonte: SRH/SR/DPF/ES

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

O Quadro 12 (A.5.1.2.3) a seguir visa a demonstrar o perfil de escolaridade do quadro de pessoal ativo da UJ. Tendo em vista tratar-se de informação resguardada por sigilo conforme o disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa nº 69, de 14 de dezembro de 2012, publicado no BS 242, as informações foram disponibilizadas em termos percentuais.

QUADRO 12 (A.5.1.2.3) – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2013

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo									
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira					16%	63%	8%	3%	1%
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de Cargo em Comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						1%			
2.3. Funções Gratificadas						8%			
3. Totais (1+2)					16%	72%	8%	3%	1%

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SRH/SR/DPF/ES

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Na composição do quadro de custos de pessoal da UJ, demonstrada por meio do Quadro 13 (A.5.1.3) a seguir, estão discriminadas as naturezas de despesas de pessoal para cada tipologia de servidores e de cargos relativamente ao exercício de referência do relatório de gestão e aos dois imediatamente anteriores.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

QUADRO 13 (A.5.1.3) - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos										
Exercícios	2013									
	2012									
	2011									
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão										
Exercícios	2013	43.748.223		1.219.182	116.422	1.490.786	748.194		18.986	47.341.793
	2012	42.306.987		1.029.975	117.153	1.044.804				44.498.919
	2011	39.647.603		841.669	126.717	1.121.326				41.737.315
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2013									
	2012									
	2011									
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença										
Exercícios	2013	504.453								504.453
	2012	250.874								250.874
	2011	352.528								352.528
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2013									
	2012									
	2011									
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	2013	1.120.756		75.780		17.807				1.214.343
	2012	1.097.857		74.802		14.592				1.183.603
	2011	849.401		61.015		10.944				921.360
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas										
Exercícios	2013	5.037.427		138.547	7.564	130.754				5.314.292
	2012	7.748.166		124.372		82.822				7.855.360
	2011	7.408.361		104.639		76.991				7.589.991

Fonte: SRH/SR/DPF/ES

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

O Quadro 14 (A.5.1.4.1) abaixo, correspondente ao demonstrativo onde são discriminados os regimes de proventos e respectivos regimes de aposentadoria, bem como as informações sobre o quantitativo dos servidores na UJ e o número de aposentadorias ocorridas no exercício de referência.

QUADRO 14 (A.5.1.4.1) - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	181	21
1.1 Voluntária	152	20
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente	28	1
1.4 Outras	1	
2. Proporcional	9	1
2.1 Voluntária	4	
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente	5	
2.4 Outras		1
3. Totais (1+2)	190	22

Fonte: SRH/SR/DPF/ES

5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

O Quadro 15 (A.5.1.4.2) abaixo corresponde ao segundo demonstrativo e compreende uma planilha onde, nas linhas, são discriminados os regimes de proventos originários do instituidor de pensão, enquanto, nas colunas, são informados os quantitativos dos beneficiários de acordo com cada regime de proventos.

QUADRO 15 (A.5.1.4.2) - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	41	0
1.1. Integral	37	
1.2. Proporcional	4	
2. Em Atividade	33	
3. Total (1+2)	74	0

Fonte: SRH/SR/DPF/ES

5.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A SR/DPF/ES não possui instrumento com a finalidade de identificar acumulações indevidas de cargos, empregos e funções. Quando do ingresso de novo servidor, este firma termo de não acumulação de cargos, empregos e funções. Dentre os órgãos que utilizam o SIAPE não é possível a acumulação ilegal, haja vista que o próprio sistema apresenta crítica. Ainda assim foi detectada uma ocorrência de acumulação indevida de cargos públicos, porém a servidora providenciou imediatamente sua exoneração do cargo de Professor na esfera Municipal.

5.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Além do Registro acima identificado, não houve outros registros nesta SR/DPF/ES de acumulação indevida de cargos, empregos e funções. Em caso de eventuais ocorrências de notificações de irregularidades, a SR/DPF/ES tomará as medidas legais, tais como a abertura de Processo Administrativo Disciplinar para tal fim. No caso identificado, ao ser comunicada pelo Setor de Recursos Humanos que se tratava de acúmulo ilegal, a servidora solicitou imediatamente sua exoneração do cargo de Professor que ocupava na esfera municipal, sem a necessidade de abertura de processo administrativo disciplinar.

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

O Quadro 16 (A.5.2.3) a seguir compreende os contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva em vigência no exercício de 2013, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2013, mesmo que não efetivados no exercício.

QUADRO 16 (A.5.2.3) - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante														
Nome:														
UG/Gestão:							CNPJ:							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2011	V	O	SVA Segurança e Vigilância Armada Ltda - EPP	08.944.765/0001-91	2011	2014			15					A
2011	L	O	Liderança Limpeza e Conservação Ltda.	00.482.840/0001-38	2011	2014	36							A

Observações: Contratos acompanhados pelos respectivos fiscais. Não há ocorrências dignas de registros.

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: SELOG/SR/DPF/ES

5.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

O Quadro 17 (A.5.2.4) a seguir compreende os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra em vigência no exercício de 2013, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2013, mesmo que não efetivados no exercício.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

QUADRO 17 (A.5.2.4) - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESPÍRITO SANTO													
UG/Gestão: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESPÍRITO SANTO							CNPJ: 00394494.0025-03						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	1	O	SVA Segurança e Vigilância Armada Ltda – EPP	08.944.765/0001-91	2011	2014			15				A
2011	3	O	Mindworks Informática Ltda	03.354.844/0001-29	2011	2014			5				A
2013	4	O	CERTARI Soluções Gestão de Pessoas e Serviço Ltda - ME	14.642.340/0001-20	2013	2014			3				A
2013	5	O	CERTARI Soluções Gestão de Pessoas e Serviço Ltda - ME	14.642.340/0001-20	2013	2014			36				A
2011	9	O	CEP Serviço e Projeto Ltda	30.964.795/0001-19	2011	2014			14				A

Observações: Contratos acompanhados pelos respectivos fiscais. Não há ocorrências dignas de registros.

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte:SELOG/SR/DPF/ES

5.2.3 Análise Crítica dos itens 5.2.1 e 5.2.2

Os Contratos são acompanhados pelos respectivos fiscais e no ano de 2013 não houve ocorrência digna de registro.

5.2.4 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO 18 (A.5.2.6) - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	5	7	8	11	46.391,00
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio	5	7	8	11	46.391,00
2. Nível Médio	8	6	5	4	34.939,00
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio	8	6	5	4	34.939,00
3. Total (1+2)	13	13	13	15	81.330,00

Fonte:SELOG/SR/DPF/ES

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

(PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.)

Neste Capítulo deixamos de incluir as informações relativas ao quadro A.6.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros, tendo em vista tratar-se de informação resguardada por sigilo conforme o disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa nº 69, de 14 de dezembro de 2012, publicado no BS 242. Não foram inseridas também informações relativas ao subitem 6.2.3 - Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ, por não se aplicar a esta UJ.

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

A gestão da frota de veículos é realizada, no âmbito da Superintendência Regional do Espírito Santo, pelo NUTRAN/SELOG/SR/DPF/ES, sendo que em cada uma das duas delegacias do interior do estado existe a figura de um responsável pela manutenção e abastecimento dos veículos daquela descentralizada. O NUTRAN é composto de quatro (4) servidores que trabalham com controle da frota.

Não há veículos contratados de terceiros na Superintendência Regional do Espírito Santo, sendo que cerca de 21% da frota é composta de veículos apreendidos e incorporados mediante autorização de uso judicial. Estes veículos são prontamente restituídos em decorrência de ordem judicial.

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

A utilização da frota de veículos ocorre em conformidade com os seguintes normativos:

1. Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008: Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional - Presidência da República - Casa Civil;
2. Lei nº 9.327, de 9 de dezembro de 1996: Dispõe sobre a condução de veículo Oficial;
3. Instrução Normativa nº 03, da SLTI/MPOG, de 15 de outubro de 2009, altera a Instrução Normativa nº 02, da SLTI/MPOG, de 30 de abril de 2008;
4. Instrução Normativa nº 03/2009-DG/DPF, de 5 de março de 2009: Disciplina a classificação, identificação, licenciamento, responsabilização e controle de uso dos veículos da Polícia Federal e dá outras providências;
5. Instrução Normativa nº 001/99-DG/DPF de 19 de julho de 1999: Estabelece os procedimentos necessários ao credenciamento dos servidores administrativos, nas Unidades Centrais e Descentralizadas, para condução de veículo oficial.
6. Instrução de Serviço nº 01/2013-GAB/SR/DPF/ES de 29 de novembro de 2013; Disciplina a utilização, controle e a responsabilização acerca do uso dos veículos oficiais e acautelados judicialmente na SR/DPF/ES e dá outras providências.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

A frota de veículos é imprescindível para a realização dos trabalhos desenvolvidos na Superintendência Regional no Espírito Santo. Sem o uso de viaturas, grande parte das atividades constitucionais do DPF não poderia ser realizada.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

A quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ é uma informação resguardada por sigilo conforme o disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa nº 69, de 14 de dezembro de 2012, publicado no BS 242, porém encontra-se à disposição dos órgãos de controle.

As viaturas policiais que esta UJ dispõe, compreendem veículos caracterizados/ostensivos (11% do total) e descaracterizados (89% do total). Os veículos são utilizados de acordo com a finalidade dos serviços e podem ser assim apresentados:

Uso de veículos descaracterizados:

- Levantamentos realizados pelas delegacias nas atividades-fim do DPF;
- Transportes de materiais entre delegacias e setores da Superintendência Regional;
- Segurança de autoridades e dignitários;
- Viagens de servidores;
- Cumprimento de busca, apreensão e entrega de mandados;
- Serviços de polícia judiciária em geral.

Uso de veículos caracterizados/ostensivos:

- Transporte de conduzidos para oitivas na Justiça e para penitenciárias;
- Operações policiais;
- Escoltas diversas.

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

Em relação à média de quilômetros rodados no ano de 2013, as viaturas ostensivas rodaram em média 3.900 quilômetros e as viaturas descaracterizadas rodaram em média 9.800 quilômetros. As viaturas oficiais rodaram em média 6.800 quilômetros ao longo do ano de 2013 e as viaturas com autorização de uso judicial rodaram em média 3.700 quilômetros.

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

O cálculo da idade média da frota de veículos considerou a média ponderada, utilizando a quantidade de viaturas existentes e as correspondentes a cada ano de fabricação como peso relativo.

- Viaturas ostensivas: Idade média da frota de 4,8 anos;
- Viaturas descaracterizadas: Idade média da frota de 5,5 anos;
- Viaturas oficiais: Idade média da frota de 5,2 anos;

- Viaturas com autorização de uso judicial: Idade média da frota de 8 anos.

f) Custos associados à manutenção da frota

A manutenção preventiva e corretiva da frota, com fornecimento de peças, acessórios e serviço de guincho, representou um investimento total de R\$ 217.906,80 em 2013, distribuídos entre: prestação de serviços no montante de R\$ 103.189,63 e fornecimento de peças no montante de R\$ 114.717,17.

Despesas	Valores em R\$
Total consumo de combustível	299.790,97
Total com manutenção geral e revisões periódicas	252.028,70
Total de gastos com pneus	6.459,69
Total de despesas com seguros e licenciamentos	27.185,43
Total geral no exercício de 2012	585.464,79

g) Plano de substituição da frota;

O órgão central, por meio da DLOG, centraliza todo o processo de avaliação e aquisição de veículos para todas as unidades da Polícia Federal.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

A DLOG, centraliza todo o processo de avaliação para locação ou aquisição de veículos, mas cabe ressaltar que as atividades de polícia judiciária desempenhadas pela Polícia Federal requerem adaptações especiais dos veículos (assessórios e equipamentos de uso policial), e considerando que a frota é exposta a condições de risco, a aquisição de veículos é a forma recomendada.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

A Superintendência utiliza o software de controle de manutenção preventiva e de quilometragem de viaturas denominado Sistema de Gerenciamento Policial (**Sigepol**), que é alimentado diariamente pelos funcionários desta Superintendência, usa também o sistema integrado de apoio à gestão (**Siag/Valecard**) que é utilizado para controle de abastecimento de viaturas.

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO 19 (A.6.2.1) – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF Espírito Santo	5	5
	Município de Vitória	1	1
	Município de Vila Velha	2	2
	Município de Cachoeiro de Itapemirim	1	1
	Município de São Mateus	1	1
Subtotal Brasil		5	5
EXTERIOR		Não há	Não há
Subtotal Exterior		Não há	Não há
Total (Brasil + Exterior)		5	5

Fonte: SPIUnet

6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

QUADRO 20 (A.6.2.2) – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Unidade	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel (R\$)			Despesa no Exercício (R\$)	
					Valor Histórico ¹	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
200352	5705.00352.500-0	Casa PC	Prop. da União	Regular	406.355,99	24/02/2014	1.137.305,68	-	-
200352	5623.00024.500-8	DPF/CIT/ES	Prop. da União	Bom	320.892,02	04/12/2013	1.792.813,90 ²	-	10.202,43
200352	5697.00023.500-6	DPF/SMT/ES	Prop. da União	Regular	207.483,21	24/02/2014	1.064.111,96	-	10.090,55
200352	5703.00044.500-9	Área frente SR	Prop. da União	Bom	105.874,81	24/02/2014	617.901,58	-	-
200352	5703.00043.500-3	SR/DPF/ES	Prop. da União	Bom	14.404.096,11	24/02/2014	29.684.371,77	-	866.028,40 ³
Total								-	886.321,38

Fonte: SIAFI, SPIUnet e contrato de Manutenção Predial.

Notas:

1 – Os valores históricos foram extraídos do Relatório de Gestão 2012;

2 - Para reavaliação do imóvel de RIP n° 5623.00024.500-8 (Delegacia de Polícia Federal em Cachoeiro de Itapemirim) usou-se os dados lançados pela SPU/ES no SPIUnet, (ofício 306/2012 SEAB/CODESP/SPU/ES) entretanto adotou-se a proporcionalidade (fração) correspondente às e benfeitorias efetivamente em uso do DPF, cerca de 715m²;

3 – Nas despesas com manutenção do RIP n° 5703.00043.500-3 está incluso o montante dispendido com o serviço de automação predial na ordem de R\$ 330.000,00.

7. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

(PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.)

7.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

O Quadro 21 (A.8.1) a seguir, denominado Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis, está organizado de forma a se obter um conjunto de informações que permita, de uma maneira geral, analisar o grau de desenvolvimento da gestão ambiental, mormente no que diz respeito a licitações sustentáveis.

QUADRO 21 (A.8.1) - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					X
	Art. 6º da IN/SLTI/MPOG nº01 de 19/01/2010				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).			X		
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					X
	Sim, Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
	Não				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
	Não				
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
	Não				
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).				X	
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. • Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.	X				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.				X	

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
Considerações Gerais: A unidade vem empreendendo esforços no sentido de melhor se adequar aos conceitos de Gestão Ambiental e Promover Licitações Sustentáveis.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

7.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

O Quadro 22 (A.8.2) a seguir, denominado Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água, está organizado de forma a se obter um conjunto de informações que permita, de uma maneira geral, analisar a utilização de papel, energia elétrica e água da UJ ao longo dos anos, bem como verificar que esta UJ aderiu a programa de gestão ligado a sustentabilidade ambiental.

QUADRO 22 (A.8.2) – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Programa Carbono Neutro	2008			A UJ promoveu o plantio de árvores na grande Vitória, São Mateus e Cachoeiro de Itapemirim e também eliminou as aquisições de copos descartáveis para os servidores com a finalidade de cumprir as metas do Programa Carbono Neutro; no entanto, no exercício de 2013, não houve metas estipuladas pelo órgão central.		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	3020	1700	2100	27.594,68	15.209,50	21.267,00
Água	5.722,90	6.043	2.710	29.929,71	27.110,85	10.793,83
Energia Elétrica	1.413.051	1.382.154	1.322.706	614.959,51	560.836,10	504.646,66
			Total	672.483,90	603.156,45	536.707,49

Fonte: Fonte: GTED e NAD/SELOG/SR/DPF/ES

Notas:

- 1 – O quadro contempla no ano de 2013 os dados de todas as unidades do DPF no Espírito Santo, onde houve efetivamente despesa referente ao recurso consumido;
- 2 – Os valores de consumo de Papel estão expressos em quantidades de resmas;
- 3 – Os valores de consumo de Água estão expressos em m³;
- 4 - Os valores de consumo de Energia Elétrica estão expressos em kWh.

8. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

(PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.)

Neste Capítulo deixamos de incluir as informações relativas ao subitem 9.3-Atuação da Unidade de Auditoria Interna da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013, por não se aplicar ao DPF.

8.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

8.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Os Quadros 23 e 24 (A.9.1.1) abaixo contemplam as informações sobre as providências adotadas pela unidade jurisdicionada ao TCU para atender às suas deliberações provenientes do julgamento das contas desta UJ relativas aos exercícios anteriores.

QUADRO 23 (A.9.1.1) - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento de Polícia Federal – Superintendência Regional no Espírito Santo - SR/DPF/ES - MJ					1151
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC – 043.828/2012-4	3213/2013-TCU-2ª Câmara	1.8	DE	Ofício 0384/2013-TCU/SECEX-ES
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento de Polícia Federal – Superintendência Regional no Espírito Santo - SR/DPF/ES - MJ					1151
Descrição da Deliberação					
1.8 – Determinar à Controladoria Geral da União no Estado do Espírito Santo que faça constar, no Relatório de Auditoria de Gestão das próximas contas a serem apresentadas pela Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Espírito Santo, informações a respeito:					
1.8.1 – das restrições contábeis ainda pendentes de acertos no SIAFI, consoante ressalva inserida na peça “Declaração do Contador Responsável”;					
1.8.2 – da ausência de segregação, por imóvel, das despesas com manutenção dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da Unidade; e					
1.8.3 – da insuficiência de informações para verificação de adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviços.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SELOG/SR/DPF/ES					
Síntese da Providência Adotada					
1.8.1 - Trata de restrições contábeis pendentes de acerto no SIAFI, consoante ressalva inserida na peça “Declaração do Contador Responsável”. Apurou-se que houve uma inconsistência entre os sistemas SIAFI e E-LOG, objeto de registro pelo Conformista Contábil à época, mas em consulta ao Serviço de Contabilidade/COF/DLOG, verificou-se que as inconsistências foram corrigidas e nesta data não há qualquer restrição ou pendência.					
1.8.2 – Foi identificada ausência de segregação, por imóvel, das despesas com manutenção dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da Unidade no detalhamento das despesas quando do preenchimento do quadro A.11.3 da Portaria TCU 123/2011 no Relatório de Gestão. Foi verificado que o GTED vem realizando o controle individualizado das despesas com materiais e serviços nos imóveis da União utilizados pelo DPF no Estado e nos próximos relatórios as informações estarão disponíveis no padrão de detalhamento exigido pelo TCU.					
1.8.3 - Quanto a insuficiência de informações para verificação da adoção dos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviços, esta Administração convocou as empresas contratadas que se enquadram nas exigências da IN SLTI/MPOG n° 01/2010, a fim de verificar a possibilidade de adequar a prestação dos serviços aos critérios de sustentabilidade estabelecidos na referida normativa ou apresentar as certificações de adequabilidade ambiental caso as possua, tendo sido					

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

providenciados termos aditivos aos contratos que se enquadravam na normativa, especialmente os de manutenção preventiva e corretiva das viaturas.
Síntese dos Resultados Obtidos
Foram ajustadas as pendências no SIAFI, providenciados os controles individualizados das despesas pelo GTED e confeccionados termos aditivos aos contratos, cumprindo-se todas as determinações do TCU.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
As pendências no SIAFI trata-se de restrições do sistema e dependiam de acerto pelo órgão central, porém os demais itens foram implementados por meio de controles dos setores desta unidade.

A SR/DPF/ES recebeu determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União, referentes aos exercícios de 2012 a 2016, conforme o Acórdão nº 1.449/2012, cujo teor encontra-se, transcrito parcialmente no Quadro adiante e na Mensagem Oficial-Circular nº03/-GAB/DG/DPF, de 22/01/2013, sendo destacadas, a seguir, as providências adotadas.

QUADRO 24 (A.9.1.1) - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento de Polícia Federal – Superintendência Regional no Espírito Santo - SR/DPF/ES - MJ					1151
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	TC 026.156/2011-3	1449/2012-TCU-Plenário	9.3	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento de Polícia Federal					324
Descrição da Deliberação					
Inclua, nos relatórios anuais de gestão referentes aos exercícios de 2012 a 2016, tópico específico sobre as providências adotadas para regularizar a terceirização de serviços relacionados ao controle migratório, consoante às disposições do Decreto 2271/97 e às determinações descritas nos subitens 9.1.1 e 9.1.2.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento de Polícia Federal – Superintendência Regional no Espírito Santo - SR/DPF/ES - MJ					1151
Síntese da Providência Adotada					
Em atendimento ao item 9.1.3 do Acórdão 1.449/12 – TCU Plenário, que determina a inclusão de item específico nos Relatórios de Gestão de 2012 a 2016 versando sobre as providências adotadas pelo DPF para regularizar a terceirização de serviços relacionados ao controle migratório (consoante as disposições do Decreto 2271/97 e as determinações descritas nos subitens 9.1.1 do citado Acórdão, abaixo transcrito), informa-se que a Direção-Geral do DPF expediu ao Tribunal de Contas da União o Ofício 885/2012-GAB/DG/DPF, de 20 de dezembro de 2012, que encaminhou o Plano de Ação, no qual constam informações quanto às ações, aos prazos e aos responsáveis pelas medidas necessárias ao cumprimento do disposto na decisão do egrégio Tribunal.					
<p>“9.1.1 elabore e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência, plano de ação para regularizar a terceirização de serviços relacionados diretamente ao controle migratório, de modo a substituir, gradualmente e sem prejuízo à continuidade do serviço, os terceirizados que executam tarefas típicas de controle migratório por servidores do seu quadro permanente, porquanto se trata de atividade tipicamente finalística desse órgão, cuja terceirização é vedada nos termos do art. 1º, § 2º, do Decreto nº 2271/97; (...)”</p> <p>Em atendimento ao constante do item 9.1.2 do referido acórdão, informa-se que durante o exercício de 2013 a SR/DPF/ES não manteve terceirizados nos serviços de controle migratório (postos de fronteira, portos e Aeroportos Internacionais).</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Manutenção de servidores nos portos e Aeroportos.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não obstante a falta de pessoal, a administração vem envidando esforços no sentido de manter nos portos e aeroportos apenas servidores de carreira.					

8.2 Tratamento de Recomendações do OCI

8.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

O Quadro 25 (A.9.2.1) abaixo contém as informações sobre as providências adotadas pelos órgãos e entidades jurisdicionados para atender às recomendações expedidas pelo OCI que as fiscaliza.

QUADRO 25 (A.9.2.1) - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento de Polícia Federal – Superintendência Regional no Espírito Santo - SR/DPF/ES - MJ			1151
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201313217	1.1.1.3, 1.1.3.1, 1.1.4.1 e 2.1.1.1	Ofício 31.673/2013 CGU-Regional/ES/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento de Polícia Federal – Superintendência Regional no Espírito Santo - SR/DPF/ES - MJ			1151
Descrição da Recomendação			
<p>1.1.1.3 - Em pesquisa realizada em 02/09/2013 cotejando com o teor do Relatório de Auditoria nº 201203648, referente ao exercício de 2011, verificou-se o desatendimento quanto ao ressarcimento ao erário referente a matrícula SIAPE 0177077 devido a incidência irregular do percentual de 20% previsto no artigo 184, II, da lei 1.711/1952 sobre os valores da GDATA e da GEAPF, conforme determinação contida no Acórdão TCU nº 8.258/2011 2ª Câmara.</p> <p>1.1.3.1 - Sustentabilidade Ambiental - Realização de licitação sem observância dos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de serviços de reparo de veículos.</p> <p>1.1.4.1 - Gestão de Compras - Contratos não registrados no Comprasnet - Solicitou-se que os gestores justificassem o fato de não constar os contratos 01 a 09 , 11, 12, 13/2013 no SIASG. (Comprasnet).</p> <p>2.1.1.1- Contrato de Obras, Compras e Serviços – Contratos Sem Licitação - A SRPF/ES firmou em 2012 contratos, sob a égide do Inciso V do Art.24 da Lei nº 8.666/93, para serviços de reparo viaturas, os quais foram prorrogados até 31/12/2013, com possibilidade de a vigência ser prorrogada até 60 meses. Houve anuência por parte da AGU/ES desde que atendidos os critérios de excepcionalidade e temporalidade da contratação. Entretanto o Contrato vem sendo mantido desde então. Não acudiram interessados nos Pregões nº13/11 e 18/11, que objetivavam a contratação de citados serviços. Como a Administração entendeu que não poderia haver interrupção da prestação dos serviços, foram firmados os Contratos nº09/12 e 11/12 para atenderem respectivamente à Delegacia de Polícia Federal em São Mateus/ES e à SRPF/ES. O gestores também entendem que como a contratação não foi feita sob regime emergencial (Inciso IV do Art.24 da Lei nº8.666/93), não haveria impedimento para que o Contrato fosse prorrogado por até 60 meses, desde que atendidas a condição de vantajosidade para a Administração.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
1.1.1.3 (SRH) 1.1.3.1, 1.1.4.1 e 2.1.1.1 (SELOG)			1151
Síntese da Providência Adotada			
<p>1.1.1.3 – Foi constatado que o ressarcimento não foi efetuado em razão de determinação judicial constante do processo 0001611-71.2013.4.02.5001 (2013.50.01.001611-0) 1ª Vara Federal Cível/SJES.</p> <p>1.1.3.1 – Foram confeccionados Termos Aditivos aos Contratos e foi apresentada documentação comprobatória de adequação aos critérios de sustentabilidade ambiental nos serviços de manutenção de veículos.</p> <p>1.1.4.1 - Os contratos 01/2013, 06/2013, 07/2013, 08/2013, 09/2013, 11/2013 e 13/2013 são decorrentes de pregões realizados através do Sistema de Registro de Preços (SRP). Após finalização dos procedimentos licitatórios, foram firmados os referidos contratos com supressão das quantidades licitadas (06/2013, 07/2013, 08/2013, 09/2013, 11/2013 e 13/2013), conforme permitido por tal modalidade. O Contrato 01/2013 foi resultado de pregão em que esta SR/DPF/ES figurou como participante, assim, o SICON não permite a inclusão.</p> <p>Embora a legislação vigente permita os procedimentos efetuados, o SIASG não a acompanha, não sendo possível a inclusão de contrato com valor diferente do resultado da licitação, nem de procedimento licitatório realizado por outra UG.</p>			

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

Assim sendo, os mesmos foram publicados por meio do InCom (sistema de envio de matéria para publicação no Diário Oficial da União) sem efeitos no Sistema.

2.1.1.1- Contrato de Obras, Compras e Serviços – respaldada pelo art. 24, V, c/c art. 57, II, ambos da Lei 8666/93, e ainda em vista das pesquisas de mercado que comprovaram a economicidade da prorrogação do contrato e considerando também a informação do fiscal do contrato, de que os serviços atuais estão melhores que os prestados por oficinas anteriores, inclusive pela qualidade, economia e honestidade, decidiu a SR/DPF/ES que a prorrogação dos contratos era a melhor opção estratégica para a Administração e que a repetição de novos pregões apenas traria ônus desnecessários para a Administração, justificando-se assim a vigência dos contratos atuais por estarem proporcionando economia e eficiência. Contudo, o SELOG vem monitorando os preços praticados pelo mercado antes de proceder qualquer prorrogação e está tomando providência para abertura de novo processo licitatório.

Síntese dos Resultados Obtidos

O item 1.1.1.3 não foi cumprido atendendo a determinação judicial. O item 1.1.3.1 foi totalmente providenciado e comprovado. O item 1.1.4.1 depende de adequação de sistema utilizado nacionalmente. O item 2.1.1.1 ainda não foi cumprido pela situação atual apresentar-se mais vantajosa para o serviço público federal.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

As questões que dependem da iniciativa da unidade foram providenciadas, porém o que depende de adequação de sistemas utilizados nacionalmente ou que encontram amparo em determinações judiciais, não puderam ser solucionados.

8.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

8.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

O Quadro 26 (A.9.4.1) a seguir, compreende o conjunto de autoridades, servidores e empregados públicos obrigados pela Lei nº 8.730/93 a entregar a DBR, discriminando, as quantidades de autoridades, titulares de cargos e de funções obrigados ao cumprimento da exigência do art. 1º da referida Lei.

QUADRO 26 (A.9.4.1) – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	3		
	Entregaram a DBR	3		
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	1		
	Entregaram a DBR	1		
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	24		
	Entregaram a DBR	24		
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte:SRH/SR/DPF/ES

8.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

Todas as pessoas obrigadas pela entrega das DBRs estão devidamente em dia com suas obrigações perante o SRH/SR/DPF/ES, em atendimento a Lei 8730/93. A maioria das DBRs são entregues através de autorização do servidor, de acordo com a Portaria nº 298. De 06/09/2007, do MPOG, (ANEXO I) e encontram-se nas pastas funcionais dos servidores.

Os servidores que entregam cópia da DIRPF as mesmas são arquivadas no SRH/SR/DPF/ES em pasta específica. O SRH/SR/DPF/ES não faz qualquer tipo de análise das DBRs, ficando disponíveis para o caso de necessidade de qualquer consulta pelos órgãos fiscalizadores (TCU, AGU, etc.)

8.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

A Corregedoria Regional, em razão de suas peculiares funções institucionais, não tem como atividade exclusiva a apuração de dano ao erário, entretanto em alguns casos específicos, em regra nos casos de procedimentos de ordem disciplinar, a Corregedoria toma conhecimento da ocorrência de danos e promove sua apuração.

Em tais casos, busca-se verificar se houve a composição do dano e se houve responsabilidade de servidor ou de terceiros. Nas hipóteses em que o dano não é ressarcido, o procedimento, como via de regra, é a remessa de cópia do expediente à Advocacia Geral da União, para que promova, se assim entender cabível, as ações necessárias ao ressarcimento dos eventuais danos.

QUADRO 27 (A.9.5) – MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2013

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito			Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000				
Sindicância Investigativa 08/2013	R\$392,83							
Sindicância Investigativa 08/2013	R\$1.972,90							

Notas:

1 – Sindicância Investigativa 08/2013 – Dano: Colisão de viatura com veículo de particular – Laudo inconclusivo sobre causa determinante – Sem medidas internas a tomar.

2 - – Sindicância Investigativa 09/2013 – Dano: Colisão de viatura com veículo de particular – Laudo conclusivo atribuindo a culpa ao particular – Encaminhado à AGU.

8.5 Alimentação SIASG E SICONV

QUADRO 28 (A.9.6) –DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, BRUNO RAMALDES PUPPIM, CPF nº 077.190.927-67, Chefe substituo do SELO/SR/DPF/ES, exercido na SR/DPF/ES declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, sempre que permitida sua inclusão pelo SIASG, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Vila Velha, 20 de março de 2014



BRUNO RAMALDES PUPPIM
CPF nº 077.190.927-67
Chefe do SELOG/SR/DPF/ES
Em exercício

09. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

(PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.)

9.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão

O Departamento de Polícia Federal, atendendo ao que determina a Lei de Acesso à Informação, criou o SIC – Serviço de Informação ao Cidadão, em seu sítio na internet (<http://www.dpf.gov.br/acessoainformacao>). Nesse modelo, o cidadão preenche formulário de requerimento de informações que passa por análise e, se for de competência desta UJ, é redistribuído.

Como canal de acesso para recebimento de denúncias e informações, essa Unidade conta ainda com a Corregedoria Regional, que presta o atendimento e orienta o cidadão sobre os procedimentos que devem ser adotados.

9.2. Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários

Esta Unidade Jurisdicionada não dispõe de mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes de sua atuação.

9.3 Demonstração dos resultados

O Órgão Central do Departamento de Polícia Federal dispõe de resultados de pesquisas de opinião disponibilizada em seu sítio na internet (<http://www.dpf.gov.br/pesquisa-de-opiniao/>), mas esta Unidade não dispõe dos dados nesta circunscrição. Porém, cabe ressaltar que em 2013 O Instituto de Pesquisa Econômica (Ipea) realizou uma pesquisa sobre as percepções da população brasileira em relação à segurança e seus principais órgãos, as polícias militar e civil dos estados e as polícias federal e rodoviária federal. Entre os resultados obtidos pelo estudo, avaliou-se uma grande confiança da população sobre o trabalho desempenhado pela PF. 50,9% dos entrevistados confiam ou confiam muito na instituição.

10. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

(PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.)

Neste Capítulo deixamos de incluir as informações relativas aos subitens 11.3-Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1976 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, 11.4 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976,

10.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

- a) A Unidade Jurisdicionada está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, conforme a seguir explicitado;

Quanto à aplicação da NBC T 16.9

A UJ está aplicando regularmente a NBC T 16.9, de acordo com as orientações da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI em relação à depreciação, por meio do Sistema de GESTÃO ELETRÔNICA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA (E-LOG) e registrando no SIAFI. Quanto à amortização, o DPF está adotando as medidas necessárias para ajustar o sistema E-LOG, a fim de permitir o controle e o cálculo da amortização dos bens intangíveis. Em relação à exaustão, não há bens sujeitos a esse tipo de redução de valor.

Quanto à aplicação da NBC T 16.10

A UJ está aplicando regularmente a NBC T 16.10 quanto à avaliação e mensuração dos ativos. A avaliação (reavaliação e redução a valor recuperável) dos ativos previstos na macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI foi realizada de acordo com as orientações dessa norma.

- b) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo;

A vida útil econômica do ativo foi obtida da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, item 27, que padroniza a estimativa de vida útil e valor residual dos ativos no âmbito dos órgãos da Administração Pública direta, já que o DPF não possui estudos detalhados que permita estimar a vida útil de seus bens, considerando as peculiares de uso no âmbito do Órgão, principalmente em relação ao uso intensivo nas operações policiais. Contudo, a fragilidade da estimativa, seja qual for o método utilizado, é suprida pela avaliação periódica dos ativos.

- c) A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão;

O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado foi o das quotas constantes, em conformidade com o item 47 da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI.

- d) As taxas utilizadas para os cálculos;

As taxas de depreciação utilizadas foram obtidas a partir da vida útil econômica do ativo, obtida da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, item 27.

- e) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido;

A metodologia de avaliação e mensuração dos ativos e passivos consiste em:

- a) As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;
 - b) O crédito e as dívidas são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;
 - c) Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado;
 - d) A UJ não possui Ativo de Investimentos;
 - e) O imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção. O teste de recuperabilidade e a depreciação foram realizados em conformidade com a macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI;
 - f) O intangível é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção e, tão logo ocorra adaptação do E-LOG, será deduzido da correspondente amortização; e
 - g) A UJ não possui Ativo Diferido.
- f) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.

A utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 possibilitou evidenciar adequadamente os ativos e passivos da UJ, para fins de apoio ao processo de tomada de decisão; à adequada prestação de contas; e ao necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

Nesse sentido, a aplicação das normas resultou na promoção de um controle mais efetivo na gestão do seu imobilizado, situação que tem evoluído gradativamente.

Outro aspecto é a preocupação que os setores de controle patrimonial passaram a ter quanto à adequação de seus registros de inventário de acordo com procedimentos contábeis, corroborando com os esforços da STN na uniformidade e convergência da contabilidade aplicada ao setor público.

Por fim, as normas reforçaram a necessidade de o DPF proceder com seus registros de

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

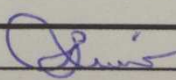
Relatório de Gestão de 2013

forma tempestiva, dentro dos mandamentos emanados do Tesouro Nacional, colaborando para que o balanço da União reflita seus ativos não circulantes o mais fielmente possível.

10.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

10.2.1 Declaração com Ressalva

QUADRO 29 (A.11.2.1) - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - SR/DPF/ES			200352
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, no tocante às ocorrências contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>As Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <p>a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</p> <p>b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Seccional de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI;</p> <p>c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília /DF	Data	27/01/2014
Contador Responsável	GLADSTON GUIMARAES NAVES 	CRC nº	DF-12534/O-8

SEÇÃO IV

RESULTADOS ALCANÇADOS

11. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

(PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.)

11.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Visando alcançar os objetivos propostos no exercício de 2013, foram realizadas diversas operações policiais e a manutenção das atividades meio que proporcionaram alcançar bons resultados se consideradas as dificuldades enfrentadas.

Observando as informações do relatório, constata-se que há concentração de recursos destinados à administração da Unidade. A manutenção dessas atividades abrange, dentre outras, as despesas com terceirização de serviços de limpeza, vigilância e recepcionistas, serviços de manutenção predial, de manutenção da frota de veículos, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

Isto exposto, cabe esclarecer que no exercício de 2013, como ocorrido em 2012, houve contingenciamento de crédito orçamentário para todas as Unidades Jurisdicionadas da Polícia Federal, o que exigiu uma gestão priorizada nas grandes áreas de crime.

Em face das restrições impostas no exercício de 2013 a expectativa é de que nos próximos exercícios seja permitindo aos gestores e operadores prosseguirem em melhores condições para as futuras ações implementadas. A Unidade Jurisdicionada em contínuo contingenciamento sofre nos procedimentos investigatórios, por conta das despesas de passagens e diárias e demais atividades que fazem a estrutura do ambiente de trabalho.

Por força de cessão não onerosa, as instalações da DELEMIG e o Setor de Passaportes passaram a funcionar na mesma edificação do Shopping Praia da Costa, na cidade de Vila Velha/ES, proporcionando aos usuários melhor atendimento e maior conforto e comodidade.

Por meio da Portaria 600/2012-SR/DPF/ES, de 30/11/2012, foi criado o Grupo de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas com objetivo de promover ações socioeducativas e palestras visando à prevenção ao uso indevido de substâncias entorpecentes e drogas afins. No ano de 2013 este Grupo foi responsável por promover 106 (cento e seis) palestras para cerca de 13.340 (treze mil, trezentas e quarenta) pessoas, entre alunos de todos os níveis, servidores públicos, militares e integrantes de diversas religiões.

No campo da Cooperação Internacional, visando ao intercâmbio de informações e à gestão do relacionamento da Polícia Federal com outras instituições policiais internacionais, a fim de dar cumprimento às atribuições institucionais recíprocas, foram efetuados diversos procedimentos pela

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

Representação Regional da Interpol no Estado do Espírito Santo no decorrer do ano de 2013 dentre os quais destacamos:

Procedimento	Quantidade
Prisões efetuadas no exterior	4
Transferência de Presos Condenados	5
Localização condenados visando extradição	1
Extradição ativa	1
Atendimento internacional de solicitação de localização de nacionais brasileiros no país	40
Solicitação de localização pessoas no exterior	10
Solicitação de antecedentes penais	20
Inclusão de nome de foragidos na Difusão Vermelha	10
Processo de solicitação de colaboração jurídica	1
Diligências diversas na área internacional	30

11.1.1 - Ações de capacitação dos servidores da SR/DPF/ES

Esta Superintendência vem buscando o constante aperfeiçoamento de seus servidores e tem demonstrado ações efetivas visando à especialização, não só em treinamentos/cursos relativos às atividades fim, como às atividades meio, conforme demonstrado no quadro a seguir.

TABELA DE AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO	2011	2012	2013
1. PROPORCIONADAS PELO DPF (Presenciais)			
1.1. INICIATIVAS DA ANP e OUTRAS DIRETORIAS	42	34	59
1.2. INICIATIVAS SR/DPF/ES	07	17	14
2. PROPORCIONADAS POR OUTRAS INSTITUIÇÕES	29 (*)	25 (*)	28(*)
3. SERVIDORES CAPACITADOS	198 (**)	409(**)	244(**)
4. REDE SENASP EAD (Ensino a Distancia)	87	54	47
TOTAL	2011	2012	2013
AÇÕES DE CAPACITAÇÃO (Soma entre o item 1 e 2)	49	51	73
SERVIDORES CAPACITADOS (Soma entre o item 3 e 4)	285	463 (*)	291 (*)

(*) Estão incluídas as Licenças Capacitação

(**) Alguns servidores foram considerados mais de uma vez para fins de soma, pois participaram de mais de uma ação.

11.1.2 – Ações de Polícia Técnico-Científica

As atividades principais do SETEC no ano de 2013 foram resumidas nas Tabelas que apresentamos adiante. Na primeira apresentou-se a situação das solicitações de exames periciais ao longo do ano. Visualiza-se nessa tabela que o SETEC recebeu 671 expedientes de solicitação de exames periciais no

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

ano de 2013. É relevante destacar, como resultado da gestão do SETEC, a redução do número de solicitações pendentes de atendimento em aproximadamente 27%, que passou de 116, em 01/01/2013, para 84, em 31/12/2013.

Na segunda tabela, apresentou-se a produção de documentos científicos no ano de 2013. Visualiza-se que foi elaborado um total de 928 documentos científicos, assim distribuídos: 145 Informações Técnicas, 782 Laudos e 1 Parecer Técnico.

Situação das solicitações de exames periciais ao longo do ano de 2013.

Área de Exame	Pendências em 01/jan	Solicitações no período	Pendências em 31/dez
-- Indefinida --	0	14	0
Perícias Contábeis e Financeiras	7	24	10
Perícias de Balística e Caracterização Física de Materiais	3	29	4
Perícias de Engenharia	7	11	4
Perícias de Informática	28	94	17
Perícias de Local	3	66	6
Perícias de Meio Ambiente	32	102	19
Perícias de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural	0	1	0
Perícias de Química Forense	4	45	0
Perícias de Registros de Áudio e Imagens	3	28	6
Perícias de Veículos	4	20	3
Perícias Documentoscópicas	5	203	9
Perícias Eletroeletrônicas	19	27	4
Perícias em Bombas e Explosivos	1	0	0
Perícias Merceológicas	0	7	2
TOTAL	116	671	84

Produção de documentos científicos no ano de 2013.

Tipo de documento	Área de exame	Quantidade
Laudos	Perícias Contábeis e Financeiras	12
	Perícias de Balística e Caracterização Física de Materiais	38
	Perícias de Engenharia	18
	Perícias de Informática	200
	Perícias de Local	56
	Perícias de Meio Ambiente	83
	Perícias de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural	1
	Perícias de Química Forense	102
	Perícias de Registros de Áudio e Imagens	18
	Perícias de Veículos	24
	Perícias Documentoscópicas	189
	Perícias Eletroeletrônicas	35
	Perícias Merceológicas	6
Informação Técnica		145
Parecer Técnico		1
TOTAL		928

Por fim, é importante consignar como fato relevante que, em 2013, foram realizados dois Exercícios Simulados de Ameaça de Bomba (ESAB) no Aeroporto de Vitória/ES, em parceria com a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).

11.1.3 – Ações de Polícia Judiciária e Administrativa

11.1.3.1 – Ações da Delegacia Regional Executiva

A seguir apresentamos um breve demonstrativo, relacionando-se operações realizadas e demais atividades, estabelecendo-se, dentro do possível, quadro comparativo entre os exercícios de 2011 e 2012, de maneira a estabelecer relação entre o quantitativo de ações desenvolvidas e resultados de investigações, apreensões e outras práticas inseridas dentro do rol de atribuições do DPF, a fim de propiciar, através da análise dos indicadores apresentados, a identificação de possíveis dificuldades e melhorias alcançadas.

A estrutura organizacional da Delegacia Regional Executiva é composta pelos seguintes setores:

1. Núcleo de Operações – NO;
2. Núcleo de Polícia Marítima - NEPOM;
3. Delegacia de Polícia de Imigração - DELEMIG;
4. Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos - DELEAQ; e
5. Delegacia de Controle de Segurança Privada - DELESP;

O Núcleo de Polícia Marítima além das viaturas, dispõe de 6 (seis) embarcações para desempenho de suas atividades e no ano de 2013 realizou diversos patrulhamentos e fiscalizações nos terminais portuários desta circunscrição, tendo alcançado os resultados a seguir:

FISCALIZAÇÃO DE TRÁFEGO INTERNACIONAL

AÇÃO	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE
NAVIOS-COM TAXA	394	363	409	449
NAVIOS-SEM TAXA	82	61	82	73
BEM. TRIP. ESTRANGEIRO	521	224	627	499
DESEM. TRIP. ESTRANGEIRO	359	350	371	355
EMB. TRIP. BRASILEIRO	53	41	38	68
DESEM. TRIP. BRASIL.	58	46	35	81
EMB. PASSAGEIRO	27	55	38	41
DES. PASSAGEIRO	74	29	33	45
AUTOR. INGRESSO À BORDO	3097	3256	3985	3526
VISIT. UBU/ANCHIETA	46	38	42	44
VISIT. PORTOCEL/ARACRUZ	55	47	48	52
MULTAS APLICADAS	34	6	12	16
MULTAS RECOLHIDAS		5	3	15
MULTAS CANCELADAS	0	0	1	4
TOTAL ARRECADADO	R\$ 209.627,70	R\$ 193.133,40	R\$ 222.409,40	R\$ 244.817,42

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

Após longo tempo de negociação, a administração logrou êxito em transferir os serviços prestados pela Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG, para um espaço no Shopping Praia da Costa, permitindo assim facilitar o acesso e o atendimento a população.

Os serviços prestados no ano de 2013 no registro de estrangeiros proporcionou arrecadação de R\$ 306.910,77, além do registro de 1.200 (mil e duzentos) estrangeiros do Programa Mais Médicos.

Conforme divulgado na imprensa, no ano de 2013 ocorreu a maior emissão de passaportes e os números desta UJ podem ser resumidos e melhor observados no quadro adiante apresentado:

PASSAPORTES

SERVIÇOS	2011		2012		2013	
	Quant.	Valor R\$	Quant.	Valor R\$	Quant.	Valor R\$
Passaportes Não Icao	65	13.187,85	32	6.492,48	77	15.622,53
Passaportes Icao	28.614	4.465.786,98	28.524	4.451.740,68	32.029	4.998.766,03
Passaporte de Urgência	362	73.446,18	449	88.865,82	379	76.895,31
Passaportes/Adoção	31	6.289,59	22	4.463,58	02	405,78
Laissez-Passer	01	202,89	01	202,89	06	1.217,34
Passaporte Amarelo	00	00	01	202,89	00	00
TOTAL R\$	29073	4.558.913,49	541	4.551.968,34	32.491	5.092.906,99

A Delegacia de Controle de Segurança Privada – DELESP, responsável pelo controle e fiscalização da Segurança Privada, no âmbito de sua competência realizou as seguintes ações de fiscalização e de procedimentos:

1) AÇÕES FISCALIZATÓRIAS

FISCALIZAÇÃO	AÇÕES
Empresas de segurança privada/vigilância vistoriada (instalações)	35
Empresas de segurança orgânica vistoriadas	22
Empresas de transporte de valores vistoriadas (instalações)	7
Curso de formação de vigilantes vistoriados	3
Estabelecimentos financeiros vistoriados	373
Veículos especiais de transporte de valores vistoriados	55
Denúncias de empresas clandestinas recebidas	12
Empresas clandestinas fiscalizadas (autos lavrados)	9
Empresas regulares encerradas (inclusive orgânicas)	4
Armas apreendidas	53
Autos de infração expedidos	137

2) PROCEDIMENTOS EFETUADOS

PROCEDIMENTOS	ATOS
Vistoria de instalações de empresas regulares	64
Autorização/Revisão de autorização de funcionamento	57

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

Alteração de atos constitutivos de empresas	8
Relatórios de incidentes	172
Certificado de segurança / Vistoria expedidos	45
Autorização para compra de armas, munições e petrechos	53
Autorização para transporte de armas, munições e petrechos	07 (manual)
Autorização para compra de coletes	33
Autorização para transportes de coletes	1
Autorização para mudança de modelo de uniforme	3
Expedição de carteira nacional de vigilantes	22.126
Registro de certificado de formação de vigilantes	4.009
Registro de certificado de reciclagem / Extensão de vigilantes	8.730

A Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos – DELEAQ, responsável pelo controle e registro de armas e controle de precursores químicos, realizou as seguintes atividades no ano de 2013:

ATIVIDADES	2013
Armas Novas Registradas	175
Armas Velhas Registradas (Renovação do Registro)	1550
Transferências de Armas	25
Armas Encaminhadas ao SFPC	1049
Armas Apostiladas no Exército	19
Armas Entregues da Campanha do Desarmamento	305
Ocorrências de Armas Apreendidas	9
Ocorrências de Armas Furtadas/Roubadas	107
Ocorrências de Armas Perdidas/Extraviadas	17
Portes Deferidos (Siar)	24
Portes Renovados (Siar)	3

11.1.3.2 – Ações da Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado

A análise descritiva de dados adiante representada segue, sempre que possível, um parâmetro histórico de evolução. Esse método serve especialmente como instrumento para compor, além de relatórios de atividades comparativos, situação de diagnóstico e planejamentos gerenciais, além de possibilitar a identificação de indicadores de desempenho.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

A estrutura organizacional da Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado tem os seguintes setores:

1. Núcleo de Cartório - NUCART;
2. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio e ao Tráfico de Armas - DELEPAT;
3. Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários - DELEPREV;
4. Delegacia de Repressão a Drogas - DRE;
5. Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ;
6. Delegacia de Defesa Institucional - DELINST; e
7. Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico - DELEMAPH;

Cabe esclarecer inicialmente, para fins de metodologia, que os dados apresentados congregam as unidades de polícia judiciária da SR/DPF/ES e de suas descentralizadas, DPF/SMT/ES e DPF/CIT/ES.

As atividades de Polícia Judiciária congregam as ações da atividade fim do órgão, tais como tramitação de Inquéritos Policiais, operações policiais, cumprimento de mandados de busca, prisão, apreensão de drogas, intimações e ordens de missão policial.

Para esse fim, considerada operação policial aquela atividade que *“tenha possibilidade de encerrar uma ou mais das seguintes características: aplicação de conhecimentos especializados; aplicação de recursos ou meios técnicos especializados e/ou controlados; aplicação de recursos financeiros de natureza especial; mobilização de mais de dez policiais durante a investigação, deflagração ou análise de material apreendido; ações conjuntas com outro(s) órgão(s); apoio logístico de mais de uma unidade da Polícia Federal ou de órgão externo à Polícia Federal; ocorrência ou possibilidade de repercussão regional ou nacional em razão da importância dos alvos, magnitude das ações ou potencial lesivo da conduta dos indiciados; ações em mais de uma cidade; duração superior a trinta dias; implicação de quadrilha, bando ou organização criminosa ou necessidade de acompanhamento e/ou coordenação de parte de unidade central”*, conforme o conceito descrito no art. 10 da Portaria nº 709/2008-DG/DPF.

INDICADOR	QUANTIDADE			
	2010	2011	2012	2013
Nº DE OPERAÇÕES POLICIAIS	24	26	27	20

O indicador referente ao número de operações policiais foi inferior ao ano de 2012 e à média histórica. Tal declínio ocorreu em quase todas as Superintendências Regionais, o que é explicado pela

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

insatisfação e desmotivação dos policiais que atuam principalmente na coleta e análise de dados, em razão de não terem logrado êxito nas reivindicações de reestruturação salarial e de carreira. Vale dizer que quando as atividades não tem andamento oportuno ou com a qualidade necessária, resta prejudicada a realização de operações.

Com efeito, segue o quadro das operações policiais, cujo modelo foi definido pela Assessoria de Controle Interno do Departamento de Polícia Federal.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013
OPERAÇÕES POLICIAS REALIZADAS PELA DRCOR

2013														
Nº	Nome da operação	Assunto	Efetivo policial		Qt. Servidores Administrativos	Qt. Servidores de outros órgãos	Qt. total de Servidores	Abrangência Territorial	Prisões			Mandados de Busca e Apreensão	Data de execução	Valor estimado das fraudes R\$
			Investigação	Execução					Prev.	Temp.	Flag.			
1	POSTAL	Assalto a Correios	3	8	0	0	11	ESPÍRITO SANTO	0	0	4	0	04/03/2013	50.000,00
2	ENTRE-IRMÃOS 2	Coerção no curso de processo	3	20	0	0	23	ESPÍRITO SANTO	4	0	0	5	12/03/2013	0,00
3	TELE REDE	Atividade de TV a cabo ilegal	3	4	0	0	7	ESPÍRITO SANTO	0	0	1	1	20/03/2013	100.000,00
4	ATRIBUIÇÃO DELEMAPH 1	Crime contra a fauna	5	5	0	3	13	ESPÍRITO SANTO	0	0	4	0	27/03/2013	5.000,00
5	GALENO	Tráfico de medicamentos	5	10	0	2	17	ESPÍRITO SANTO	0	0	5	3	08/04/2013	50.000,00
6	ITA	Extração ilegal de granito	5	5	0	2	12	ESPÍRITO SANTO	0	0	4	0	17/04/2013	250.000,00
7	DIVISAS I	Tráfico de interestadual de Drogas	2	4	0	0	8	ESPÍRITO SANTO	0	0	1	0	06/06/2013	20.000,00
8	CAÇA REBIO	Caça ilegal em UC	3	4	0	2	9	ESPÍRITO SANTO	0	0	2	0	28/06/2013	10.000,00
9	BASTARDOS	Crime contra a fauna e falsificação	5	66	0	0	71	Nacional	1	0	0	15	03/07/2013	2.080.000,00
10	CIGANOS INSS	Fraude contra o INSS	3	6	0	0	9	ESPÍRITO SANTO	0	0	4	0	12/07/2013	36.000,00
11	INSEGURO	Instituição financeira clandestina	3	4	0	0	7	ESPÍRITO SANTO	0	0	0	1	23/07/2013	100.000,00
12	CAÇADOR 2	Caça ilegal em UC	4	8	0	2	14	ESPÍRITO SANTO	0	0	0	3	01/08/2013	10000,00
13	DIVISAS II	Tráfico de interestadual de Drogas	2	6	0	6	14	ESPÍRITO SANTO	0	0	3	0	20/08/2013	100.000,00
14	PROVERA	Pornografia infantil	5	46	0	0	51	ESPÍRITO SANTO	0	0	2	7	29/08/2013	0,00
15	ATRIBUIÇÃO DELEPREV 1	Fraude contra o INSS	3	11	0	0	14	ESPÍRITO SANTO	0	0	0	3	11/09/2013	50.000,00
16	TERMINAL	Clonagem de cartão	4	36	0	0	40	ESPÍRITO SANTO	8	1	0	3	02/10/2013	250.000,00
17	DIPLOMA DISTANTE	Diplomas PROEJA ideologicamente falsos	2	16	0	0	18	ESPÍRITO SANTO	0	0	0	4	17/10/2013	50.000,00
18	ATRIBUIÇÃO DRE 1	Tráfico de internacional de Drogas	4	8	0	6	18	ESPÍRITO SANTO	0	0	4	0	25/11/2013	4.550.000,00
19	ATRIBUIÇÃO DRE 2	Tráfico interestadual de drogas	4	6	0	2	12	ESPÍRITO SANTO	0	0	1	0	10/12/2013	30.000,00
20	ATRIBUIÇÃO DELEFAZ	Furto qualificado (mediante fraude) contra a CEF	2	4	0	0	6	ESPÍRITO SANTO	0	0	0	1	18/12/2013	25.000,00

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

Importante destacar que a partir de 2011 iniciou-se a contabilização dos montantes estimados, em moeda nacional, do impacto financeiro das operações nas organizações criminosas. Significa dizer que a estimativa refere-se aos valores que deixaram de circular com as atividades ilícitas nas organizações criminosas, seriam utilizados por elas ou que foram poupados dos cofres públicos.

Em especial quanto ao tráfico de entorpecente o cálculo do impacto financeiro levou em conta o valor local de mercado da cocaína e da maconha – R\$10.000,00 e R\$1.000,00 por Kg.

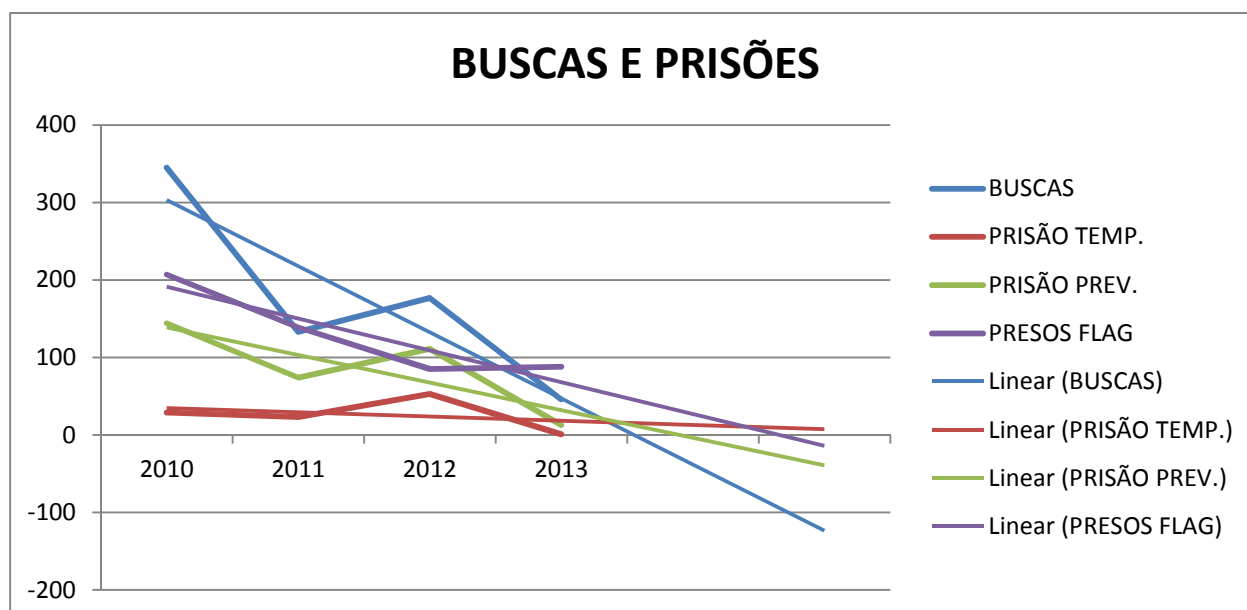
Com isso, as operações policiais desenvolvidas pela SR/DPF/ES e suas descentralizadas totalizaram os seguintes valores estimados em termos de impacto financeiro:

ANO	2011	2012	2013
VALORES ESTIMADOS – R\$	11.097.800,00	220.906.700,00	7.766.000,00

Além dos dados consolidados das operações policiais mencionados no item anterior, a Superintendência de Polícia Federal no Espírito Santo registra, como indicadores, o cumprimento de mandados de buscas e prisão também nas denominadas investigações isoladas.

Com efeito, o somatório desses dados (operações policiais + investigações isoladas) está assim consolidado.

BUSCAS E PRISÕES	2010	2011	2012	2013
BUSCA E APREENSÃO	345	133	177	46
PRISÃO TEMPORÁRIA	29	23	53	01
PRISÃO PREVENTIVA	144	74	111	13
PRESOS EM FLAGRANTE	207	139	85	88



Como é possível verificar da análise gráfica dos indicadores com projeção linear para 2014, o quantitativo de mandados judiciais de buscas e prisões provisórias segue tendência de queda. O único indicador que conseguiu se desviar para cima foram os presos em flagrante, apesar da tendência linear ainda ser de queda.

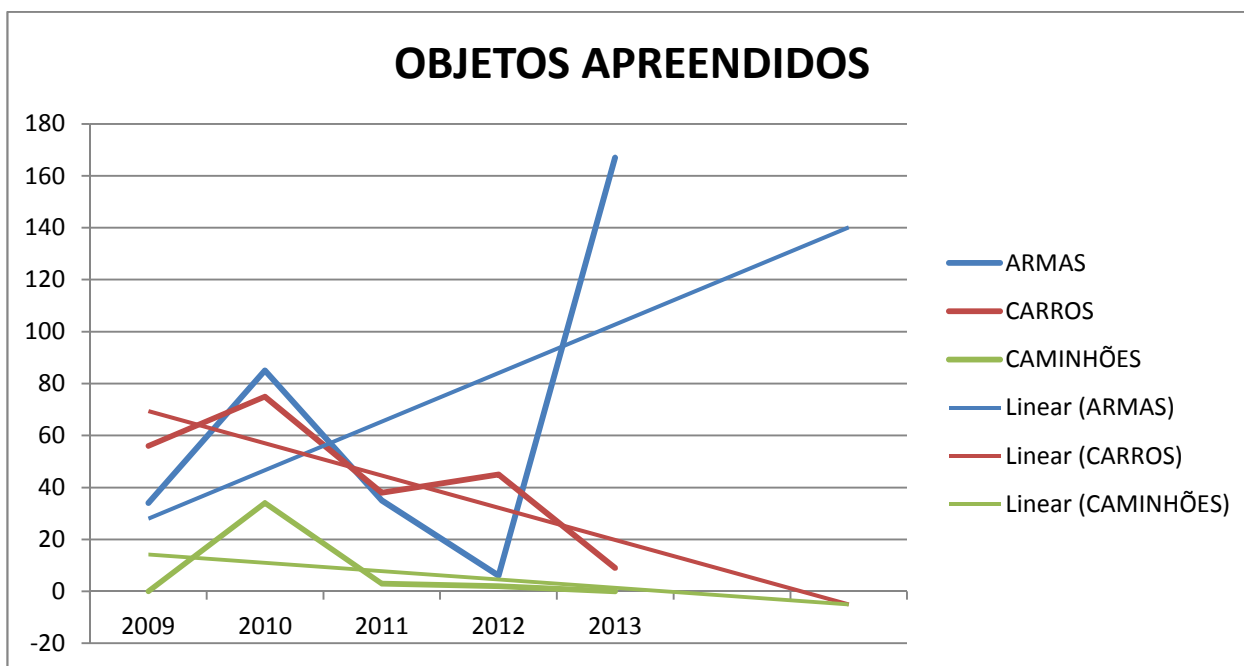
Alguns fatores podem influenciar nesses resultados. O primeiro relacionado à alteração legislativa no que se refere à concessão de mandados de prisão. A Lei n.º 12.403/2011 trouxe grandes mudanças, especialmente quanto ao regime de concessão de ordens para prisão preventiva.

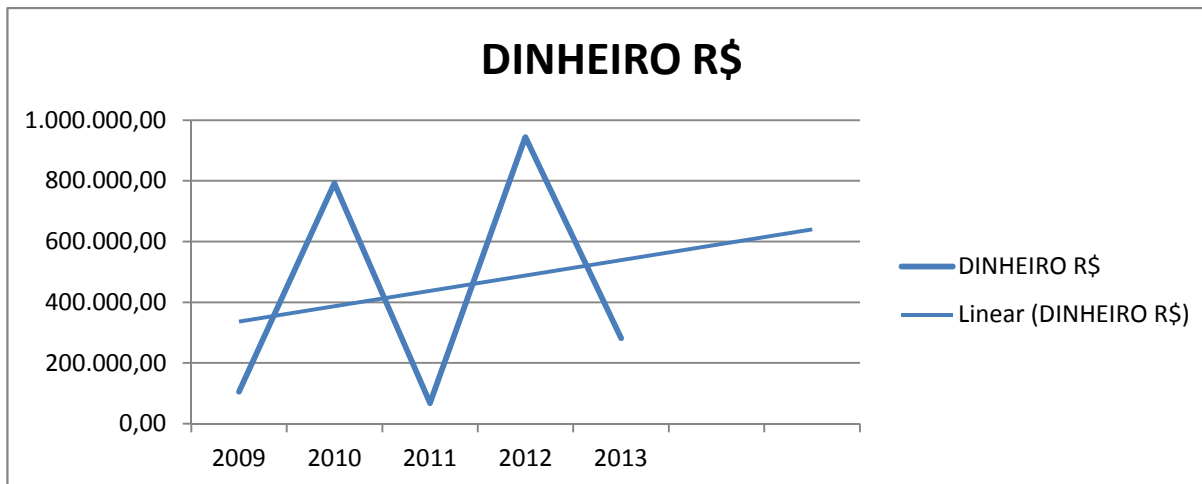
Outro fator que é ainda mais representativo, e ocorreu em quase todas as Superintendências Regionais, é a insatisfação e desmotivação dos policiais da área operacional ou de análise, em razão de não terem obtido êxito nas reivindicações de reestruturação salarial e de carreira, impactando mais fortemente as operações que os inquéritos ordinários.

No mesmo sentido seguem os resultados dos indicadores de bens e valores apreendidos (armas, carros, caminhões e dinheiro).

OBJETOS APREENDIDOS	2010	2011	2012	2013
ARMAS	85	35	06	167
CARROS	75	38	45	09
CAMINHÕES	34	03	02	0
DINHEIRO R\$	791.470,00	68.056,00	943.468,35	281.254,85

(os dólares foram convertidos ao câmbio de R\$ 2,30)



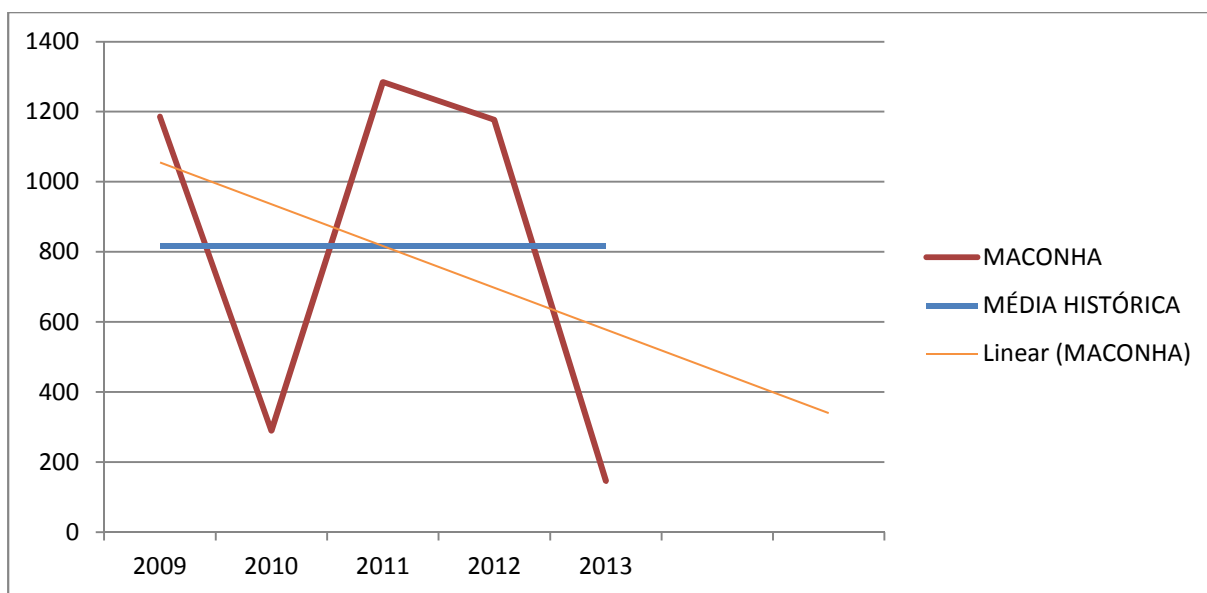
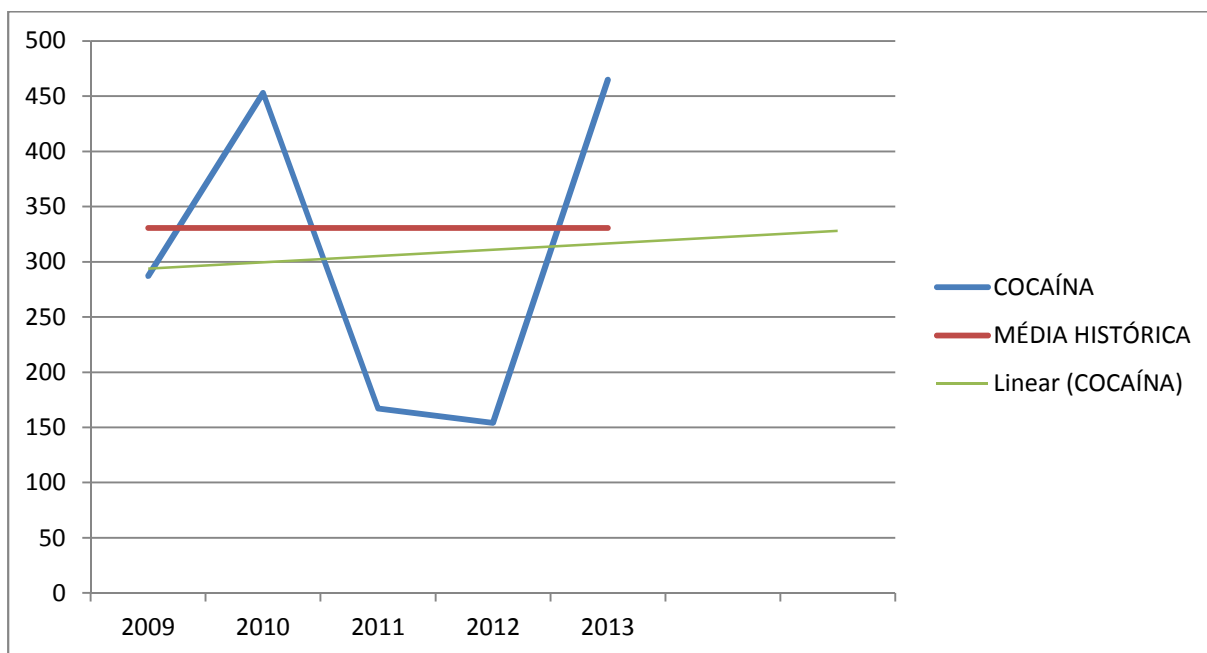


Diante dos resultados, cumprirá à DRCOR fomentar as atividades operacionais, a fim de buscar um ganho em 2014 em relação a 2013.

Os indicadores de repressão ao tráfico de entorpecentes relacionados à apreensão de drogas estão assim consolidados (SR/DPF/ES, DPF/SMT/ES e DPF/CIT/ES) pela unidade gestora:

ANO	QUANTIDADE DE ENTORPECENTES APREENDIDOS								
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	MÉDIA
COCAÍNA / PASTA / CRACK (Kg)	216	392	301	287	453	167	154	464,83	304,35
MACONHA (Kg)	1.370	3.800	1.786	1.186	290	1.284	1.177	146,51	1379,93
HAXIXE (Kg)	0	24	45	59	1,5	0	0,137	0	16,20
ECSTASY (Un)	187	1.854	0	0	16	19	00	1500	447
LSD (Un)	840	0	0	0	100	0	00	0	117,5
LANÇA PERFUME (Un)	3	0	0	0	1.169	42	00	12	153,25

Em termos gráficos, com projeção linear até 2014, os dados referentes às apreensões das principais substâncias objeto do narcotráfico local estão assim representados entre os anos de 2009 e 2013:

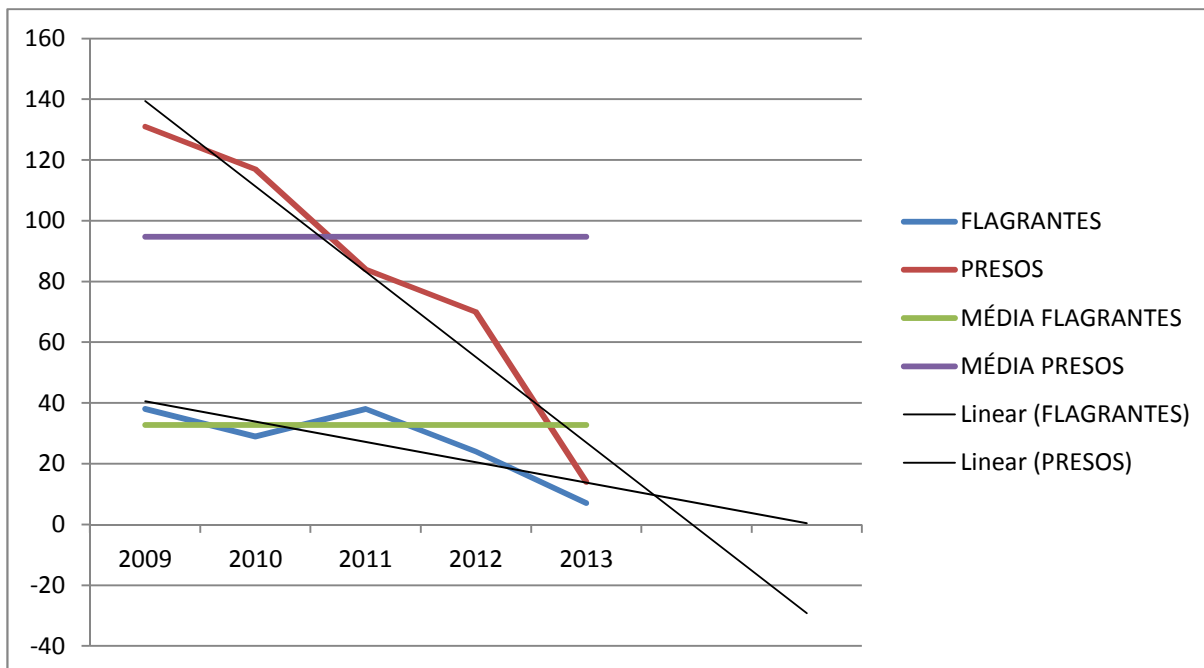


Em relação à cocaína, os resultados foram bons. Apesar de a linear indicar possibilidade de aumento para 2014, o cenário indica exatamente o contrário, visto se tratar de ano de copa do mundo, em que haverá seguramente paralisação ou diminuição do ritmo de vários trabalhos para atender à demanda do grande evento.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

Em relação à maconha, os resultados foram pífios e mantém a linear em queda, o que deve realmente acontecer.

DADOS CARTORÁRIOS	QUANTIDADE								MÉDIA
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
FLAGRANTES	41	46	39	38	29	38	24	7	32,75
PRESOS	109	136	97	131	117	84	70	14	94,75



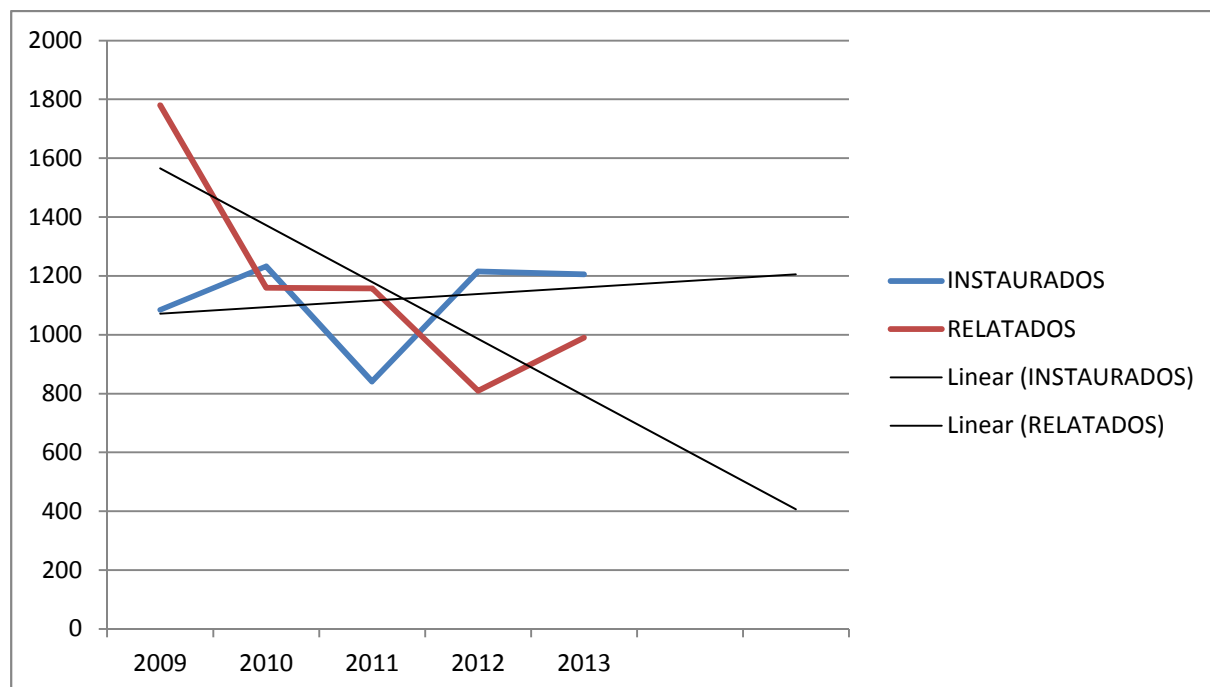
Diante disso, é preciso repensar o modo de atuação nesta área para qualificar os índices descritos, ressaltando que é impossível negar o reflexo da greve de algumas categorias da Polícia Federal nos resultados colhidos.

No que diz respeito à instauração e conclusão de inquéritos policiais, os indicadores possuem resultados insatisfatórios, apesar de melhores que em 2012. Essa melhora de 2013 projeta para 2014 um aumento de inquéritos relatados em relação aos instaurados. Não obstante, necessário considerar dois fatores programados para 2014 que podem impactar negativamente: o ano eleitoral, o que normalmente eleva os índices de inquéritos instaurados e a copa do mundo de futebol, o que vai demandar muitos recursos humanos da Polícia Federal.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

SR/DPF/ES				
INSTRUÇÃO DE INQUÉRITOS POLICIAIS	QUANTIDADE			
	2010	2011	2012	2013
INQUÉRITOS POLICIAIS INSTAURADOS	916	546	864	750
INQUÉRITOS POLICIAIS RELATADOS	832	777	548	655
INQUÉRITOS EM ANDAMENTO	1364	1133	1171	1245
PROPORÇÃO RELATADOS/INSTAURADOS %	90,82	142,30	63,42	87,33
DPF/SMT/ES				
INSTRUÇÃO DE INQUÉRITOS POLICIAIS	QUANTIDADE			
	2010	2011	2012	2013
INQUÉRITOS POLICIAIS INSTAURADOS	133	149	149	284
INQUÉRITOS POLICIAIS RELATADOS	132	156	107	132
INQUÉRITOS EM ANDAMENTO	115	99	158	272
PROPORÇÃO RELATADOS/INSTAURADOS %	99,2	104,7	71,81	46,47
DPF/CIT/ES				
INSTRUÇÃO DE INQUÉRITOS POLICIAIS	QUANTIDADE			
	2010	2011	2012	2013
INQUÉRITOS POLICIAIS INSTAURADOS	183	146	202	171
INQUÉRITOS POLICIAIS RELATADOS	196	224	154	203
INQUÉRITOS EM ANDAMENTO	243	165	210	135
PROPORÇÃO RELATADOS/INSTAURADOS %	107,1	153,4	76,23	118,71
TOTAL				
INSTRUÇÃO DE INQUÉRITOS POLICIAIS	QUANTIDADE			
	2010	2011	2012	2013
INQUÉRITOS POLICIAIS INSTAURADOS	1232	841	1215	1205
INQUÉRITOS POLICIAIS RELATADOS	1160	1157	809	990
INQUÉRITOS EM ANDAMENTO	1722	1397	1539	1652
PROPORÇÃO RELATADOS/INSTAURADOS %	94,15	166,11	66,58	82,15

(Fonte: SISCART)



Dois indicadores importantes nas atividades de Polícia Judiciária, no que concerne a produção de conhecimento de natureza policial, são os números de instaurações de inquéritos policiais por iniciativa interna e mediante Auto de Prisão em Flagrante.

A Polícia Federal, como Polícia judiciária da União, recebe diuturnamente notícias de crime encaminhadas pelo Ministério Público Federal, mediante requisição. Mas, além disso, trabalha com informações e notícias que chegam diretamente à Polícia Federal e necessitam do devido tratamento. Neste caso, deve haver intensa atividade preliminar de investigação desenvolvida mediante metodologia policial atrelada a identificação de fontes de informação, tratamento e análise das informações para resultar na instauração de investigação.

Em razão disso, ganha importância medir tais atividades em comparação à demanda de origem externa para instauração de inquéritos policiais.

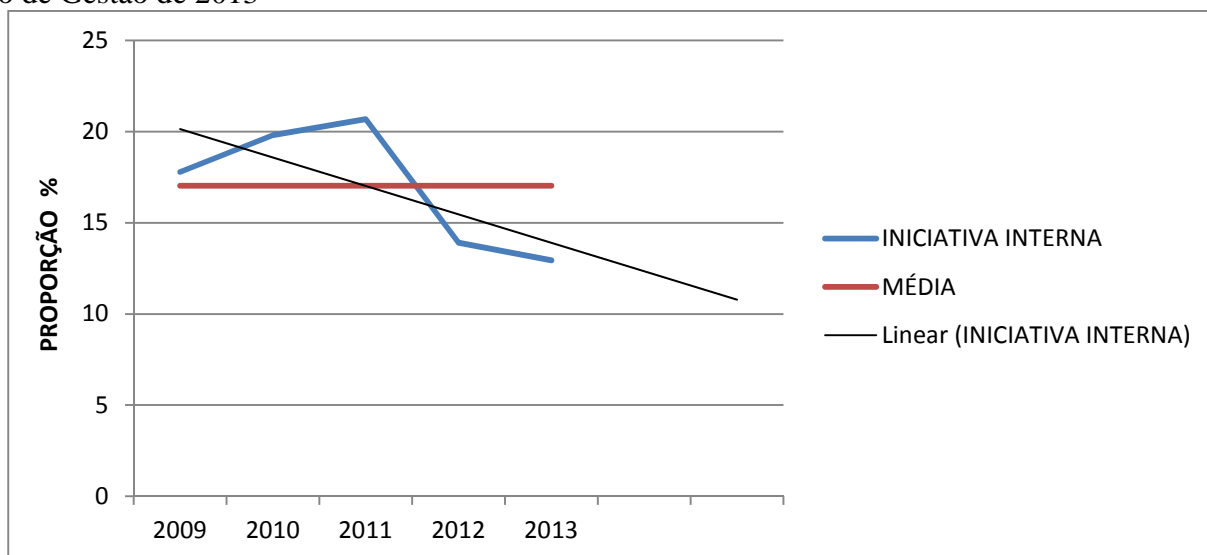
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

SR/DPF/ES				
INSTRUÇÃO DE INQUÉRITOS POLICIAIS	QUANTIDADE			
	2010	2011	2012	2013
INQUÉRITOS POLICIAIS INSTAURADOS	916	546	864	750
POR INICIATIVA INTERNA	177	116	140	115
PROPORÇÃO %	19,32	21,24	16,20	15,33
DPF/SMT/ES				
INSTRUÇÃO DE INQUÉRITOS POLICIAIS	QUANTIDADE			
	2010	2011	2012	2013
INQUÉRITOS POLICIAIS INSTAURADOS	133	149	149	284
POR INICIATIVA INTERNA	33	40	15	32
PROPORÇÃO %	24,8%	26,8%	10,06	11,26
DPF/CIT/ES				
INSTRUÇÃO DE INQUÉRITOS POLICIAIS	QUANTIDADE			
	2010	2011	2012	2013
INQUÉRITOS POLICIAIS INSTAURADOS	183	146	202	171
POR INICIATIVA INTERNA	34	18	14	9
PROPORÇÃO %	18,5	12,3	6,93	5,26
TOTAL				
INSTRUÇÃO DE INQUÉRITOS POLICIAIS	QUANTIDADE			
	2010	2011	2012	2013
INQUÉRITOS POLICIAIS INSTAURADOS	1232	841	1215	1205
POR INICIATIVA INTERNA	244	174	169	156
PROPORÇÃO %	19,80	20,68	13,90	12,94

(Fonte: SISCART)

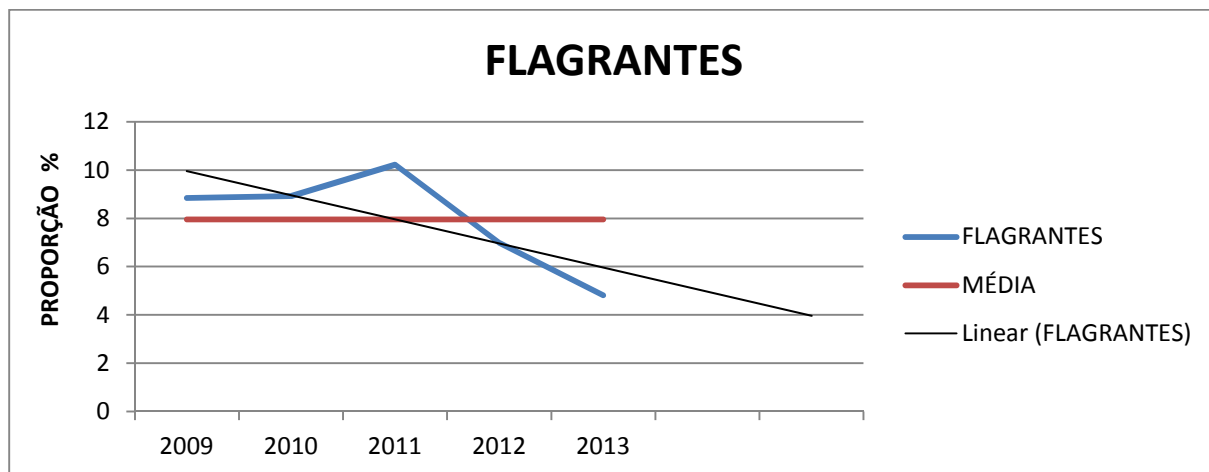
Como é possível perceber, houve queda no índice de instaurações mediante iniciativa interna. A projeção linear indica tendência de se chegar em 2014 abaixo de 15% das instaurações de inquérito policial mediante iniciativa interna. Mais uma vez ocorreu reflexo do movimento grevista e da desmotivação ocasionada pelo insucesso nas reivindicações de reestruturação de carreira, muito embora os dados ainda não estejam ruins.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013



Quanto ao número de instaurações de inquérito policial mediante Auto de Prisão em Flagrante, importante dizer que o indicador revela resultado mais imediato da aplicação de lei penal e processual penal. A realização da prisão em flagrante, única hipótese de cerceamento de liberdade sem ordem judicial, revela a imediata ação coercitiva do Estado, implicando também, indiretamente, no exercício da função preventiva do Direito Penal.

SR/DPF/ES				
INSTRUÇÃO DE INQUÉRITOS POLICIAIS	QUANTIDADE			
	2010	2011	2012	2013
INQUÉRITOS POLICIAIS INSTAURADOS	916	546	864	750
POR FLAGRANTE	68	33	51	31
PROPORÇÃO %	7,42	6,04	5,90	4,13
DPF/SMT/ES				
INSTRUÇÃO DE INQUÉRITOS POLICIAIS	QUANTIDADE			
	2010	2011	2012	2013
INQUÉRITOS POLICIAIS INSTAURADOS	133	149	149	284
POR FLAGRANTE	28	39	19	17
PROPORÇÃO %	21%	26,1%	12,75	5,98
DPF/CIT/ES				
INSTRUÇÃO DE INQUÉRITOS POLICIAIS	QUANTIDADE			
	2010	2011	2012	2013
INQUÉRITOS POLICIAIS INSTAURADOS	183	146	202	171
POR FLAGRANTE	14	14	15	9
PROPORÇÃO %	7,6	9,5	7,42	5,26
TOTAL				
INSTRUÇÃO DE INQUÉRITOS POLICIAIS	QUANTIDADE			
	2010	2011	2012	2013
INQUÉRITOS POLICIAIS INSTAURADOS	1232	841	1215	1205
POR FLAGRANTE	110	86	85	57
PROPORÇÃO %	8,92	10,22	6,99	4,73



No caso do indicador em questão, a projeção linear indica tendência de baixa na proporção da instauração de inquérito policial mediante Auto de Prisão em Flagrante em relação aos instaurados por portaria. Como não poderia deixar de se anotar, tal declínio ocorreu em quase todas as Superintendências Regionais, o que pode ser explicado pela insatisfação e desmotivação dos policiais, em razão de não terem obtido êxito nas reivindicações de reestruturação salarial e de carreira.

Outros indicadores relacionados às atividades de instrução de inquéritos e investigações policiais dignos de registro dizem respeito às expedições de intimações e de ordens de missão.

No primeiro caso - intimações – o reflexo se dá diretamente na atividade de instrução dos feitos, porquanto cada intimação corresponde a uma pessoa cuja oitiva no inquérito policial seria necessária, ou informações policiais destinadas à instrução do feito.

No segundo caso, as ordens de missão policial representam índice das diligências realizadas pelos policiais em campo, tendo relação com gastos com diárias e com as intimações realizadas.

INTIMAÇÕES	QUANTIDADE			
	2010	2011	2012	2013
SR/DPF/ES	3.345	3.718	3713	4083
DPF/SMT/ES	604	616	551	762
DPF/CIT/ES	658	859	666	946
TOTAL	4.607	5.193	4.930	5791

UNIDADE	ORDEM DE MISSÃO POLICIAL			
	2010	2011	2012	2013
SR/DPF/ES	1640	1270	3.159	2077
DPF/SMT/ES	283	209	597	315
DPF/CIT/ES	283	207	384	249
TOTAL	2.206	1.686	4.140	2641

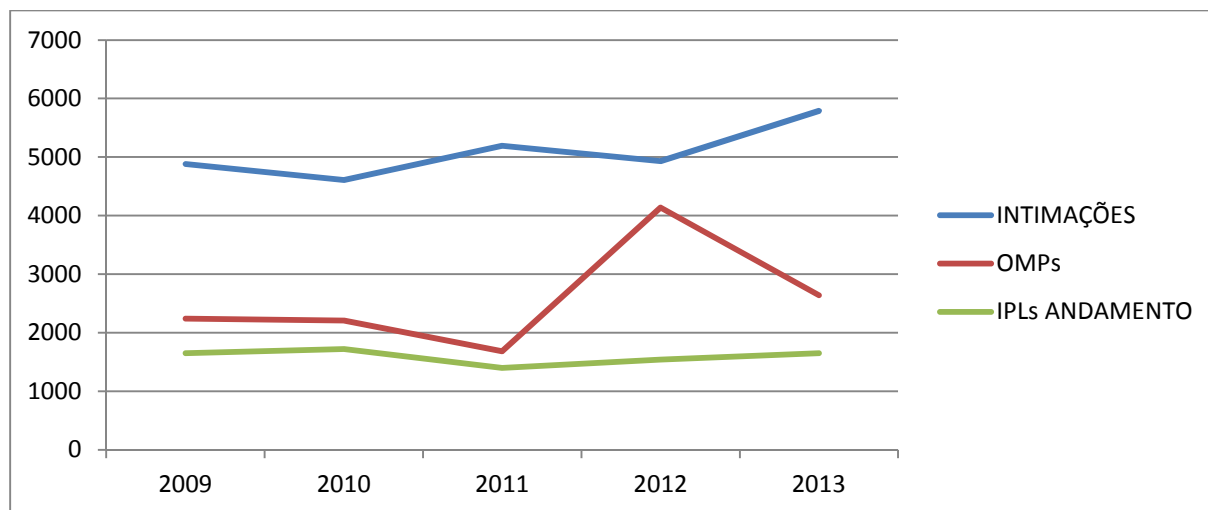
O aumento do número de intimações indica claramente que as investigações ordinárias, que tem nas oitivas uma das principais formas de instrução, seguem seu rumo normal, a despeito da queda dos

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

índices de operações policiais e presos. A queda dos índices foi um fato que ocorreu nacionalmente, sendo decorrente da insatisfação e desmotivação dos policiais que atuam principalmente na área operacional e de análise de dados, em razão de não terem logrado êxito nas reivindicações de reestruturação salarial e de carreira, impactando na qualidade e oportunidade das diligências investigativas.

E a queda no número de ordens de missão policial expedidas pode estar indicando exatamente o menor nível de confiança nas diligências de campo, que acabam por ser substituídas por diligências mais controláveis, como é o caso das oitivas.

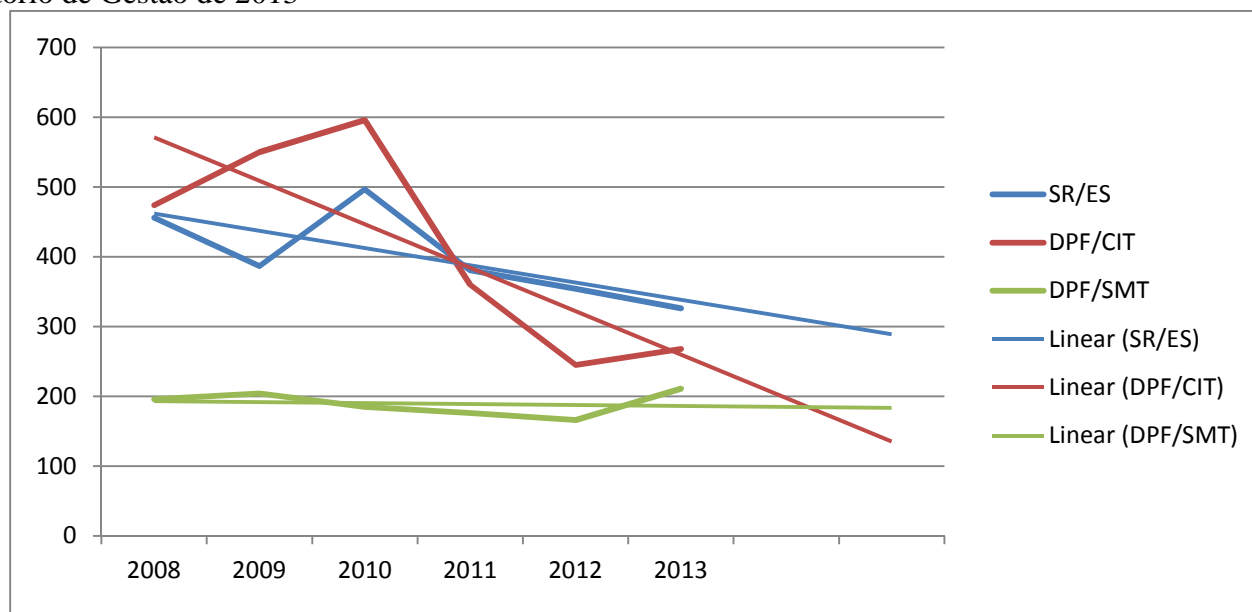


Outro indicador importante utilizado pela COGER e constante no PPA, diz respeito ao tempo de tramitação dos inquéritos policiais nesta unidade gestora, instaurados por portaria ou flagrante.

Até 2012, a própria COGER divulgou os dados abaixo consolidados. Em relação aos dados de 2013, a coleta ocorreu conforme os parâmetros expostos no item acima.

UNIDADE	QUANTIDADE (Dias)												Média Total
	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	
SR/DPF/ES	326	354	381	497	387	456	473	445	396	517	476	460	430,66
DPF/CIT/ES	268	245	360	596	550	474	398	438	323	174	211	158	349,58
DPF/SMT/ES	211	166	176	185	204	196	207	77	45	-	-	-	163

Em termos de evolução gráfica.



Em relação ao tempo de tramitação dos feitos na DPF/SMT/ES, os valores estão dentro da média histórica e com leve tendência de queda na projeção linear.

No que diz respeito a DPF/CIT/ES, houve um pequeno aumento no tempo de tramitação dos feitos, suspendendo a queda que ocorria desde 2010, mas que não se afasta da projeção linear.

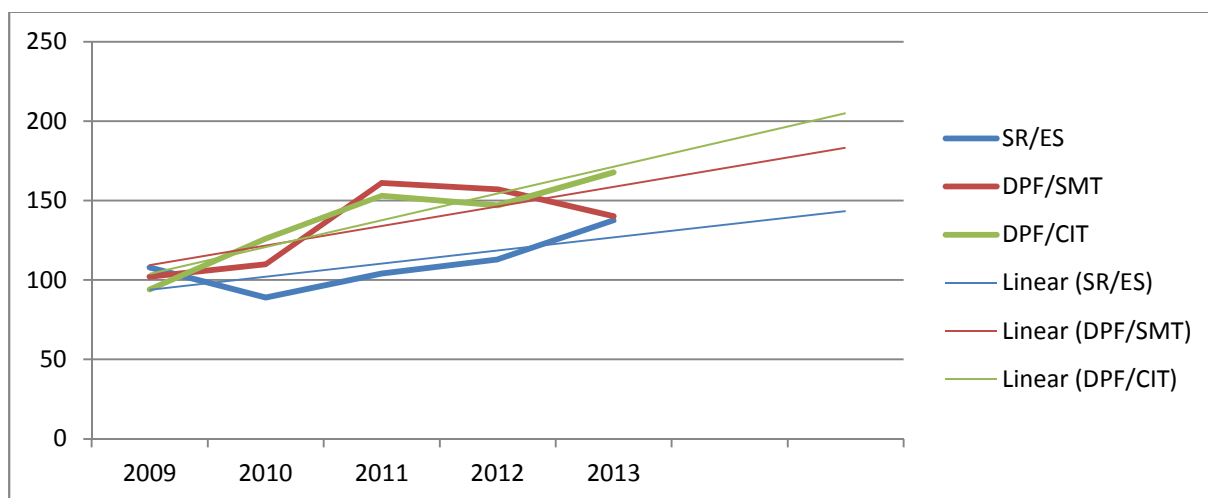
Em termos gerais a SR/DPF/ES segue com a tendência de queda, mas em ritmo aquém do necessário para se aproximar das descentralizadas. Há que se levar em consideração, entretanto, o fato de existirem na Superintendência investigações mais complexas decorrentes, principalmente de operações policiais, que possuem tempo de tramitação muito superior aos demais inquéritos. E esse fato impacta a tramitação de todo o resto, comprometendo muito mais tempo de trabalho dos delegados.

É possível comparar, também, os dados de tempo de tramitação dos feitos com o índice das peças presididas por Delegados no SISCART, porquanto tais peças servem para indicar produtividade de toda a estrutura de Instrução de Inquéritos Policiais.

Quanto às peças presididas no SISCART os índices são os seguintes:

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

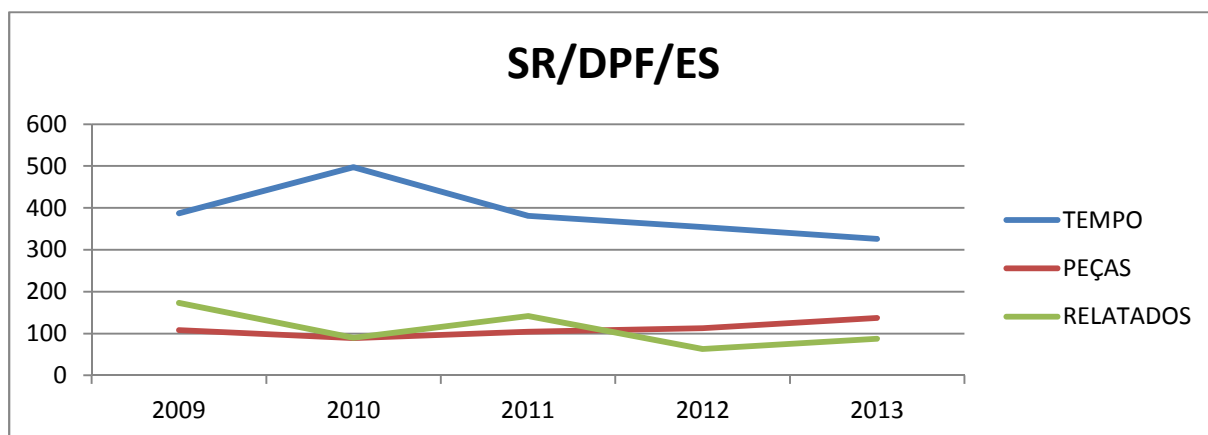
PEÇAS PRESIDIDAS DELEGADOS DE POLÍCIA FEDERAL SR/DPF/ES				
ANO	2010	2011	2012	2013
PEÇAS	31630	33765	36068	43844
DELEGADOS	355	323	317	319
MÉDIA MENSAL	89,09	104,53	113,77	137,44
PEÇAS PRESIDIDAS DELEGADOS DE POLÍCIA FEDERAL DPF/CIT/ES				
ANO	2010	2011	2012	2013
PEÇAS	8589	10719	8816	10566
DELEGADOS	68	70	60	63
MÉDIA MENSAL	126,30	153,12	146,93	167,71
PEÇAS PRESIDIDAS DELEGADOS DE POLÍCIA FEDERAL DPF/SMT/ES				
ANO	2010	2011	2012	2013
PEÇAS	4851	5795	5964	7987
DELEGADOS	44	36	38	57
MÉDIA MENSAL	110,25	160,97	156,94	140,12
PEÇAS PRESIDIDAS DELEGADOS DE POLÍCIA FEDERAL TOTAL				
ANO	2010	2011	2012	2013
PEÇAS	45070	50279	50848	62397
DELEGADOS	467	429	415	439
MÉDIA MENSAL	96,50	117,20	122,52	142,13



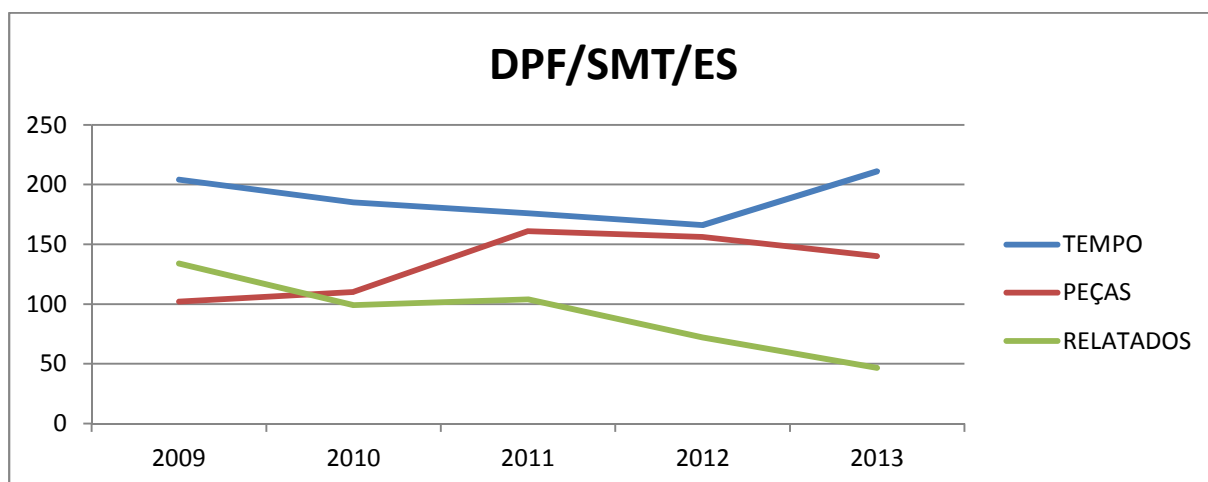
Como é possível perceber, de modo geral houve aumento do número de peças presididas pelos Delegados de Polícia Federal em todo o Espírito Santo. Mesmo com pequena queda na DPF/SMT/ES, a projeção ainda é de alta.

Em relação à SR/DPF/ES, tem se mantido a escalada no número de peças presididas. Vale dizer que, apesar de a Superintendência ainda estar com média inferior às descentralizadas, isso não reflete necessariamente a realizada, visto que existem muitos Delegados ocupantes de funções ou cargos comissionados nessa unidade que, apesar de cadastrados no sistema, não presidem inquéritos e, por isso, impactam negativamente o índice (Exs: Corregedor, Chefe do NUDIS, Chefe do NUCOR, Chefe do NIP, DREX, DRCOR).

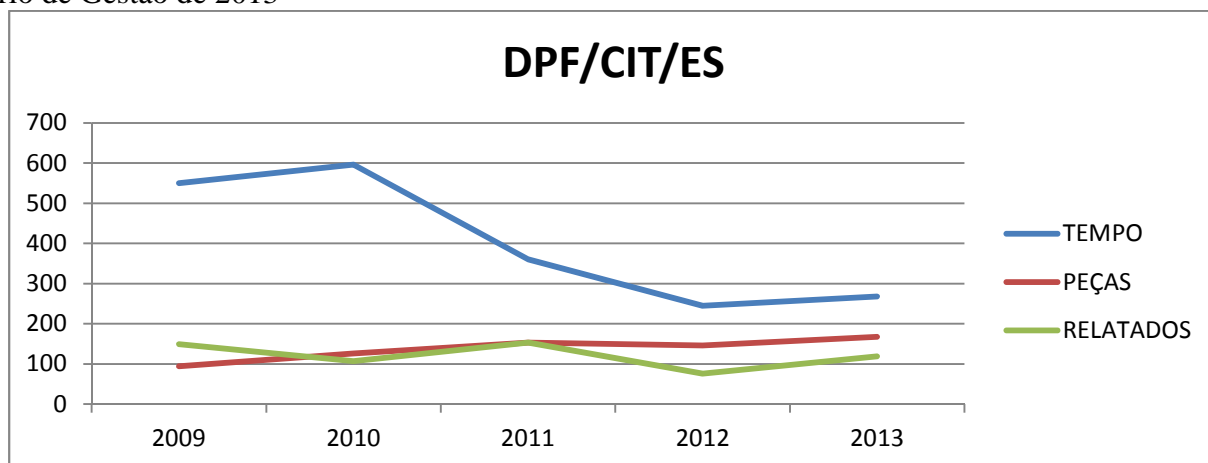
Todavia, se analisarmos a relação gráfica entre o tempo de duração de tramitação dos inquéritos policiais em cada unidade, as peças presididas pelas Autoridades Policiais e a proporção de feitos relatados por instaurados, chegaremos as seguintes representações.



Na SR/DPF/ES, os indicadores mostram que a curva de peças presididas pelas Autoridades Policiais por ano, tem subido, juntamente com os relatórios, ao passo que o tempo médio de tramitação tem diminuído. Ou seja, os índices refletem positivamente a atuação da DRCOR/SR/DPF/ES no sentido de agilizar a tramitação no ano de 2013.



Na Delegacia de Polícia Federal em São Mateus/ES os indicadores mostram que a curva de peças presididas pelas Autoridades Policiais por ano teve leve queda, com aumento do tempo de tramitação e queda nos feitos concluídos. Fica evidente que a curva dos indicadores de tempo de duração dos feitos tem acompanhado, inversamente, a de feitos relatados. Possível afirmar que – como em 2012 - continua necessária pequena correção em termos de objetividade na conclusão dos inquéritos policiais.



Na DPF/CIT/ES, após as fortes quedas no tempo de tramitação dos procedimentos entre os anos de 2011 e 2012, os índices de 2013 indicam estabilidade no tempo e na quantidade de peças, com leve aumento na conclusão dos inquéritos.

Conclui-se desta análise que o aumento das peças presididas pelos Delegados de Polícia Federal em seus inquéritos policiais pode resultar, resguardadas pequenas variáveis, na diminuição do tempo de tramitação dos inquéritos policiais, bem como no aumento do número de inquéritos relatados.

Em termos gerais, as atividades de Polícia Judiciária propriamente dita (excluídos os indicadores das operações policiais) em toda a unidade gestora (SR e delegacias descentralizadas) começou a se recuperar dos efeitos do movimento paredista, embora a desmotivação pelo insucesso nas reivindicações de reestruturação ainda causem impacto significativo.

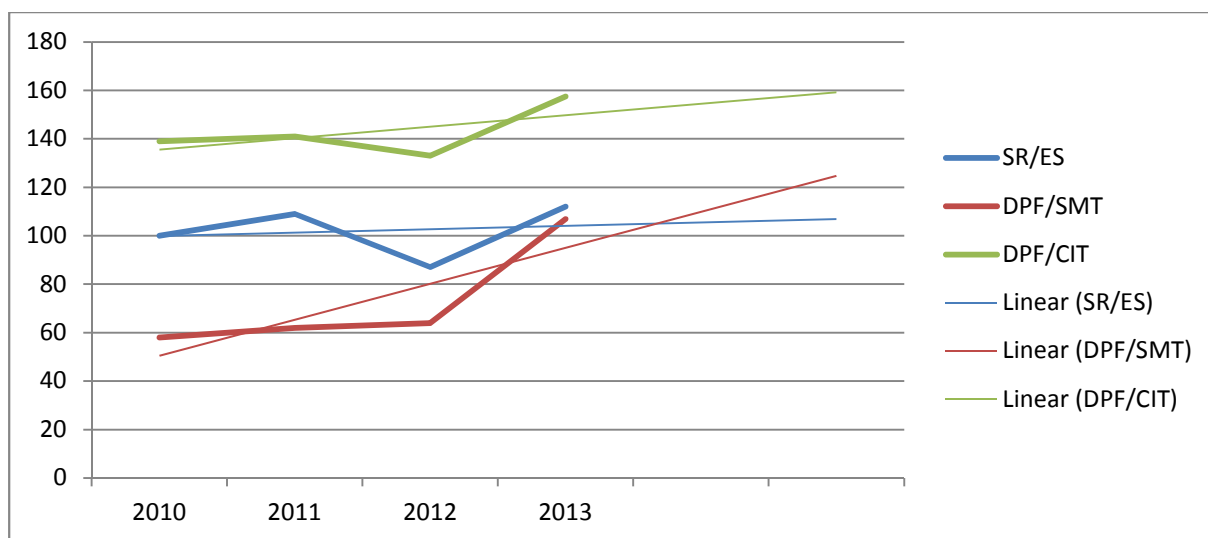
Apesar desse fato, com a Copa do Mundo em 2014 e possibilidade de recrudescimento do movimento paredista, as autoridades policiais devem estar atentas para evitar o colapso da atividade de Polícia Judiciária.

Além das peças presididas pelos delegados, é possível mapear as peças cadastradas pelos Escrivães de Polícia Federal no SISCART, servindo este índice de parâmetro sobre o trabalho realizado.

PEÇAS CADASTRADAS ESCRIVÃES DE POLÍCIA FEDERAL SR/DPF/ES				
ANO	2010	2011	2012	2013
PEÇAS	23322	23950	24711	29903
ESCRIVÃES	233	218	294	267
MÉDIA MENSAL	100,09	109,86	87,09	111,99
PEÇAS CADASTRADAS ESCRIVÃES DE POLÍCIA FEDERAL DPF/CIT/ES				
ANO	2010	2011	2012	2013
PEÇAS	5989	7794	6392	7243
ESCRIVÃES	43	55	48	46
MÉDIA MENSAL	139,27	141,70	133,16	157,45
PEÇAS CADASTRADAS ESCRIVÃES DE POLÍCIA FEDERAL DPF/SMT/ES				
ANO	2010	2011	2012	2013
PEÇAS	1925	3101	3734	6303
ESCRIVÃES	33	50	58	59
MÉDIA MENSAL	58,33	62,02	64,37	106,83
PEÇAS CADASTRADAS ESCRIVÃES DE POLÍCIA FEDERAL TOTAL				

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2013

ANO	2010	2011	2012	2013
PEÇAS	31236	34845	34837	43449
ESCRIVÃES	309	323	400	372
MÉDIA MENSAL	101,08	107,87	87,09	116,79



Após a acentuada queda ocorrido em 2012, em razão do movimento de greve protagonizada também pela categoria de escrivães, em 2013 houve retomada da tendência de aumento de peças cadastradas média/mês. Para 2014, em face da Copa do Mundo e possibilidade de novo movimento paredista, a tendência é de estabilidade ou nova queda.

11.2 – CONCLUSÃO

Diante do exposto, é possível concluir que:

a) Quando se analisam as intimações realizadas, as peças presididas por Delegados e as peças cadastradas por Escrivães, percebe-se que no geral há uma tendência de ampliação da produtividade e volume de trabalho na condução dos procedimentos investigatórios e na realização das diligências ordinárias, como é o caso de oitivas;

b) Assim, a asfixia do resultado operacional do Espírito Santo, com a redução das operações, buscas, apreensões e prisões é claramente vinculada a insatisfação e desmotivação dos policiais que atuam na área de interceptação de sinais e análise, em razão de não terem obtido êxito nas reivindicações de reestruturação. Trata-se, claramente, de um problema qualitativo, que tem reflexo no quantitativo do resultado operacional.

c) Apesar de ser um problema de difícil solução, cabe ao Gestor adotar medidas para tentar minimizar seus efeitos, seja com a realização de novas relocações, seja com a readequação da carga de inquéritos e seletividade das investigações com potencial em transformarem em operações;

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2013

d) Quanto às atividades de Polícia Judiciária propriamente ditas, especialmente ligadas à instrução dos inquéritos policiais ordinários, a taxa de conclusão, apesar de ter melhorado em relação a 2012, ficou abaixo da meta, o que exige ajustes nas três unidades da Polícia Federal no Espírito Santo, em especial para corrigir problemas decorrentes de excessivas redistribuições e paralisações na instrução de inquéritos.

Não obstante as dificuldades encontradas, pode-se afirmar que a SR/DPF/ES atuou, no exercício de 2013, em consonância com os objetivos traçados para o período, observando os princípios e regras que disciplinam os atos de gestão da administração pública federal, atingindo a finalidade propugnada pelos programas e ações de governo de sua incumbência.

VALDSON JOSE RABELO

Delegado de Polícia Federal

Superintendente Regional

SR/DPF/ES